ISSN: 2527-1598

PGPM-Bio

Boletim da Sociobiodiversidade

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

PGPM-Bio

Boletim da Sociobiodiversidade

Volume 3, Número 3

3º trimestre de 2019

ISSN: 2527-1598

B. Sociobiodiversidade, v. 3, n. 3, p. 1-47, jul. /ago. /set. 2019

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Copyright © 2019 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <http://www.conab.gov.br>

Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro

Impresso no Brasil

ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação trimestral da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações de biomas brasileiros, conjunturais de mercado de produtos da sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ianelli Sobral Loureiro e Wellington Silva Teixeira.

Elaboração: Ianelli Sobral Loureiro, Florence Rios Serra, Humberto L. Pennacchio.

Colaboração: Mirelly Gomes Maximino e Diego Fernandes dos Santos.

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues.

Normalização: Narda Paula Mendes – CRB-1/562, Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Catalogação na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

631:502(81)(05)
C737b
Companhia Nacional de Abastecimento.
Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 3, n.3 (2019-). - Brasília: Conab, 2019-

Trimestral

ISSN: 2527-1598

1. Biodiversidade. 2. Agronegócio. I. Título

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312-6262

http://www.conab.gov.br / sugof@conab.gov.br

SUMÁRIO

Editorial 5
Conjunturas de Mercado 6
Açaí 7
Amêndoa de Babaçu 18
Amêndoa de Cacau 21
Baru 25
Borracha Natural 27
Murumuru 30
Piaçava 33
Pinhão 43
Execução da PGPM-Bio 46

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Volume 3, Número 3 - 3º trimestre de 2019

EDITORIAL

Ianelli Sobral Loureiro[1]

Os desafios relacionados a comercialização de produtos da sociobiodiversidade por povos e comunidades tradicionais, demonstram a necessidade e a importância da construção de políticas públicas que possam garantir renda para essas comunidades.

O processo de elaboração dos instrumentos específicos para povos e comunidades tradicionais exigem dos gestores públicos a sensibilidade e conhecimento da realidade local, para viabilizar a sua aderência e implementação (SILVA, 2007).

1.1. Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

A Política de Preços Mínimos teve início em 1943 com a criação da Comissão de Financiamento de Produção – CFP, que posteriormente deu origem à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB[2]. Paralelamente à criação da CFP, foi instituída a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, sendo os primeiros preços mínimos fixados em 1945, referentes às culturas de arroz, feijão, milho, amendoim, soja e semente de girassol (COSTA, 2015). Posteriormente, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, ainda vigente, instituiu normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários, conforme trecho a seguir:

> Art. 1º A União garantirá os preços dos produtos das atividades agrícola, pecuária ou extrativa, que forem fixados de acordo com este Decreto-lei.
> Art. 2º A garantia de preços instituída no presente Decreto-lei é estabelecida exclusivamente em favor dos produtores ou de suas cooperativas.
> Art. 5º Os preços mínimos básicos serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, levando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados, interno e externo, e os custos de produção, com base em proposta encaminhada ao Ministério da Fazenda pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. (BRASIL, 2019)

A produção por meio da exploração de recursos da natureza está submetida a um relevante número de fatores que afetam a renda dos produtores, o que a diferencia da produção de outros bens manufaturados. As atividades agrícola, pecuária e extrativa dependem das condições climáticas de cada região, possuindo períodos de safra e de entressafra, o que impacta não apenas o preço dos produtos, mas também dos insumos.

---

[1]Agrônoma. Gerente de produtos da Sociobiodiversidade. ianelli.loureiro@conab.gov.br

[2] A Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, promoveu a fusão entre a Companhia de Financiamento da Produção, a Companhia Brasileira de Alimentos e a Companhia Brasileira de Armazenamento com o objetivo de criar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Ainda, a incerteza quanto aos elementos e fatores climáticos eleva o risco quanto ao resultado futuro da produção. Além disso, os produtos estão sujeitos ao ataque de pragas, doenças e dificuldades logísticas, que elevam os custos e podem levar a perdas na produção (COSTA, 2015).

Sendo assim, essa política busca dar suporte ao produtor rural, garantindo um preço mínimo de comercialização, buscando reduzir possíveis prejuízos devido à queda dos preços de mercado por meio de instrumentos, como a Aquisição do Governo Federal - AGF, onde o Governo atua comprando o excedente sempre que o preço de mercado se situa abaixo do preço mínimo (CONAB, 2015).

Dessa forma, as utilizações dos instrumentos de apoio à comercialização atenuam as oscilações de preços, que são característica do mercado, contribuem para a diminuição da volatilidade dos preços, sendo fator determinante nas decisões do produtor sobre a sua manutenção na atividade (COSTA, 2015). Atualmente, os principais instrumentos de apoio à comercialização disponibilizados pela Conab são: Aquisição do Governo Federal - AGF, Prêmio de Escoamento do Produto - PEP, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda - PROP, Contrato de Opção Pública de Venda – COV, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO e a Subvenção Direta ao Produtor Extrativista – SDPE.

1.2. Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE)

O instrumento SDPE foi idealizado em 2008, no contexto socioambiental, para garantir renda aos produtores agroextrativistas, fomentar sua inclusão produtiva e contribuir com a redução do desmatamento por meio da valorização da biodiversidade (CONAB, 2008).

A Conab adota metodologia própria para o levantamento de mais de 400 custos de produção para produtos agropecuários no Brasil (CONAB, 2010). Em 2008, a empresa foi a campo, juntamente com técnicos do Ministério do Meio Ambiente, e realizou painéis para o levantamento dos custos de produção de borracha nativa, açaí, babaçu, pequi, castanha do Brasil, piaçava, cera de carnaúba, entre outros produtos, junto aos principais atores das cadeias produtivas, nas regiões de principal ocorrência e relevância na comercialização.

Enquanto isso, a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, foi alterada pela Lei nº 11.775, de 2008, possibilitando o pagamento de subvenção à produtos de origem extrativa comercializados por agricultores familiares, ou seja, viabiliza uma equalização de preços quando a comercialização ocorrer com valor inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal, conforme redação a seguir:

> Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, observado o disposto nesta Lei, subvenções econômicas a produtores rurais e suas cooperativas, sob a forma de: (Redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009)
> I - equalização de preços de produtos agropecuários ou vegetais de origem extrativa; (Incluído pela Lei nº 9.848, de 26.10.1999)
> Art. 2º A equalização de preços consistirá em subvenção, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela política de garantia de preços mínimos, de

> que trata o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, equivalente: (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)
> IV - no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3o da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, ou por suas cooperativas e associações, limitada às dotações orçamentárias e aos critérios definidos em regulamento.

É importante destacar que os silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável; extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; povos indígenas; integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, também são enquadrados como agricultores familiares, desde que atendam aos requisitos da Lei 11.326, de 24 de maio de 2016.

O pagamento da subvenção possui limites, condições e formas que serão estabelecidas em conjunto, pelos Ministérios da Economia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. Nesse sentido, considerando a necessidade de atuação integrada dos ministérios a Portaria Interministerial nº 311, de 19 de agosto de 2010, instituiu o "Grupo Gestor das Ações de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas", visando coordenar as ações voltadas à comercialização dos produtos oriundos do extrativismo, incumbindo a este grupo as seguintes atribuições:

> I. Indicar produtos prioritários para realização de estudos pela Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, com vistas à sua incorporação na Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou à revisão dos preços mínimos, no caso dos produtos já amparados por essa Política;
> II. Elaborar propostas de inclusão de produtos oriundos do extrativismo na PGPM ou, no caso dos produtos já amparados, de revisão dos preços e demais definições, encaminhando-as para a tramitação e aprovação pelas instâncias competentes;
> III. Aprovar Plano Operacional Anual de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas, que deverá conter, entre outras definições, os produtos e regiões prioritários, metas e recursos necessários;
> IV. Elaborar propostas de limites, condições, critérios e forma de concessão de subvenção econômica de preços aos produtos oriundos do extrativismo amparados pela PGPM, encaminhando-as para a tramitação e aprovação pelas instâncias competentes;
> V. Propor programação dos recursos orçamentários necessários para a execução das ações previstas no Plano Operacional Anual, de acordo com as disponibilidades orçamentárias destinadas à PGPM, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
> VI. Monitorar e avaliar as ações propostas.

Logo, a Conab regulamentou o instrumento em seu Manual de Operações (Moc)[3], por meio do Título 35, contendo critérios e condições para efetuar os pagamentos aos beneficiários. Os pagamentos são efetuados, considerando a quantidade de produto comercializada, por meio de depósitos em conta corrente, ou ordem bancária quando o produtor não possuir uma conta em banco. Para a comprovação dos valores e quantidade praticados a norma exige nota fiscal, além da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP[4] e cadastro do Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais, Público do PAA, Cooperativas, Associações e Demais Agentes (Sican)[5].

Após a criação do instrumento SDPE a PGPM também ficou conhecida como PGPM-Bio, nas referências aos produtos da sociobiodiversidade. Em 2019, a Portaria MAPA nº 141, de 08 de janeiro de 2019, estabeleceu 17 (dezessete) produtos extrativistas inseridos na pauta: Açaí, Andiroba, Babaçu, Baru, Borracha Extrativa, Buriti, Cacau Extrativo, Castanha do Brasil, Carnaúba, Juçara, Macaúba, Mangaba, Murumuru, Pequi, Piaçava, Pinhão e Umbu (BRASIL, 2019). O Grupo Gestor delibera sobre a permanência e inclusão dos produtos.

O MAPA publica a cada ano, portaria com os valores dos preços mínimos, as regiões do país que terão amparo e o período de vigência desses valores. Os preços mínimos para a safra 2019 foram publicados pela Portaria MAPA nº 141, de 08 de janeiro de 2019, conforme Tabela 2.

Em 2009, a Companhia iniciou a operacionalização do instrumento, com pagamentos para os produtos borracha nativa, castanha do Brasil e amêndoa de babaçu nos estados do Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Amapá e Maranhão, segundo dados da Conab. A longo dos anos a implementação do instrumento enfrentou desafios inerentes às condições da produção extrativa, ou seja, informalidade, logística complicada e público com dificuldades de acesso à documentação básica, até mesmo da sua certidão de nascimento. (CONAB, 2019)

Tabela 1 – Valores dos preços mínimos de produtos da sociobiodiversidade Safra 2019

Produtos		Preços Mínimos para a Safra 2019 (R$/Kg)	Regiões/Unidades da Federação Amparadas
Açaí (fruto)		1,63	Norte e Nordeste
Andiroba (amêndoa)		2,10	Norte e Nordeste
Babaçu (amêndoa)		3,04	Norte, Nordeste e MT
Baru (amêndoa)		16,11	Centro-Oeste, MG, SP e TO
Borracha Natural Extrativa (cernambi)		5,58	Norte (exceto TO) e Norte do MT
Buriti		1,29	Norte
Cacau Extrativo (amêndoa)		7,57	AM e AP
Carnaúba	Cera (bruta gorda)	13,14	Nordeste
	Pó Cerífero (tipo B)	8,86	Nordeste
Castanha do Brasil (com casca)		0,89	Norte e MT
Juçara (fruto)		3,06	Sul e Sudeste

[3] O título 35 foi publicado no manual de Operações da Conab, inicialmente, em 16/12/2008 e foi sendo atualizado ao longo dos anos.

[4] Documento que caracteriza o público beneficiário conforme as regras de Lei 11.326, de 24/6/2016.

[5] O Sican é um cadastro da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Macaúba (fruto)	0,76	Norte, Nordeste
	0,57	Centro-Oeste e Sudeste
Mangaba (fruto)	2,68	Nordeste
	1,68	Sudeste e Centro-Oeste
Murumuru (fruto)	0,44	Norte
Pequi (fruto)	0,62	Norte Nordeste Sudeste e Centro-Oeste
Piaçava (fibra)	2,26	Norte
	2,11	Bahia
Pinhão	3,52	Sul, MG e SP
Umbu (fruto)	0,71	Nordeste e MG

Fonte: Conab (2019).

REFERÊNCIAS

SILVA, M. O. **Saindo da invisibilidade – A política nacional de povos e comunidades tradicionais**. Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

COSTA, Leonardo Tavares Lameiro da. **A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2015. Disponível em:. Acesso em: 26 fev. 2019.

CONJUNTURAS DE MERCADO

A Conab interage com as cadeias produtivas do agronegócio e da sociobiodiversidade. A empresa é reconhecida pelos diferentes públicos e demais esferas do governo especialmente por sua tradição em levantar informações de qualidade sobre os diversos mercados relacionados ao campo de atuação da empresa, suas análises conjunturais são reconhecidas pelos diferentes públicos e demais esferas do governo.

Nessa sessão, os técnicos da companhia analisam os dados referentes às atividades do terceiro trimestre de 2019 relativos aos produtos Açaí, Amêndoa de Babaçu, Amêndoa de Cacau, Baru, Borracha natural, Murumuru, Piaçava e Pinhão.

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corrobora para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nas respectivas cadeias produtivas.

AÇAÍ

Florence Rios Serra[6]

1. Características do produto

Considerado atualmente como uma das frutas com maior destaque socioeconômico na Amazônia (Figura 1), a produção de açaí tornou-se uma atividade com grande potencial de distribuição de renda para a população pelo fato de ser impulsionada por pequenos produtores para a indústria processadora (OLIVEIRA; MULLER, 1998; NOGUEIRA; SANTANA, 2009). Sua relevância socioeconômica está ligada ao seu potencial de aproveitamento.

O açaí tem um mercado de consumo tradicional e consolidado na sua própria região de origem, a Amazônia, contudo vem sendo comercializado nas grandes capitais brasileiras das mais diferentes formas (sorvetes, picolés, alimento energético, acompanhado de outras frutas e cereais, bebida energética, geleias, etc.) e em países como Estados Unidos e Japão, principalmente como suplemento energético (BEZARRA *et al*., 2016; PAGLIARUSSI, 2010).

Segundo o IBGE, atualmente o Brasil tem cerca de 200 mil hectares ocupados por açaí, dos quais 98% encontram-se na região norte, e que produziram na safra de 2018 cerca de 1,5 milhões de toneladas do fruto.

O rápido e surpreendente crescimento da demanda por açaí se origina na fama alcançada como nova superfruta, manancial de vitaminas, rica em antocianinas as quais são substâncias antioxidantes, carga nutricional esta que coloca a fruta em posição de destaque entre os energéticos. Tal cenário impulsionou a expansão da produção para suprir a ascendente demanda mundial.

2. Cadeia produtiva

A produção de polpa, bebida ou vinho de açaí é realizada em dois segmentos de mercado. O primeiro segmento é dos chamados “batedores de rua” ou manipuladores artesanais, esses estabelecimentos são os responsáveis pelo abastecimento do mercado local, gerando alimento, emprego e renda (BARTOLOMEU *et al*., 2013). Basicamente, estes pequenos empreendimentos possuem maquinário para extrair o suco. O segundo segmento é o das agroindústrias, que possuem como mercado consumidor interno as redes atacadistas e varejistas de mercados contidos nos diversos estados da Federação brasileira, principalmente da Região Sudeste. Os principais consumidores externos do açaí brasileiro são países da América do Norte e da Europa (PARÁ, 2007).

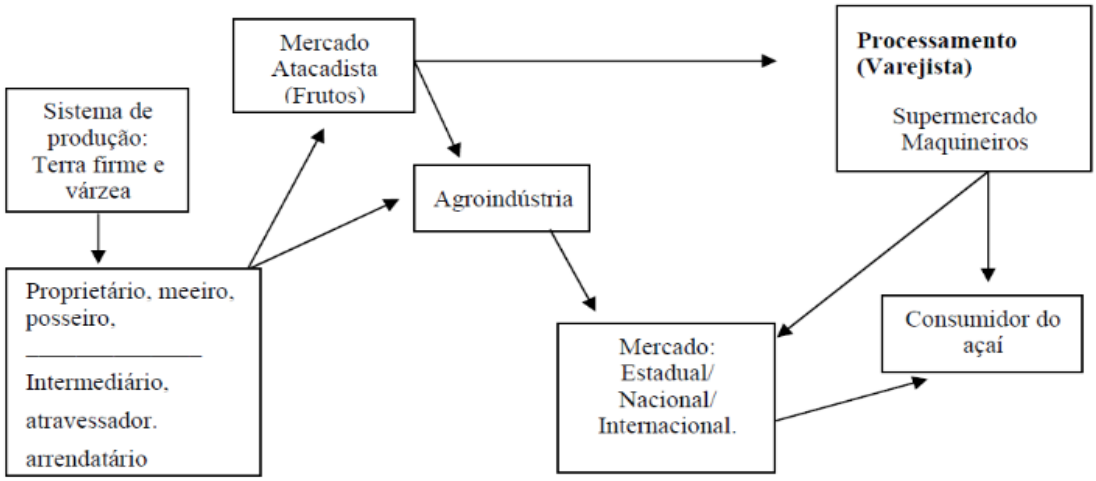
A exploração comercial do açaí tem recebido alavancagem significativa nos últimos anos e proporcionado o desenvolvimento da economia regional. Contudo a cadeia produtiva, no que se

[6]Engenheira de alimentos e Analista mercado dos produtos: açaí, buriti, juçara, murumuru, piaçava e pinhão. florence.serra@conab.gov.br.

refere a tecnologia e organização, não tem acompanhado a crescimento do volume de produção principalmente no âmbito logístico, setor que ainda é bastante deficitário. A venda do produto depende em grande parte das embarcações que fazem a rota entre as mesorregiões, dos preços dos fretes, da presença de unidades de armazenamento adequadas e da atuação dos atravessadores, o que acaba por aumentar o custo do produto e, consequentemente, seu preço nos pontos finais de consumo. A grande maioria da produção de açaí ainda hoje advém do extrativismo ou manejo de sistemas agroflorestais, entretanto, o crescimento da demanda do fruto de açaí tem levado muitos produtores a inovar suas técnicas de cultivo, visando desenvolver sistemas apropriados com a finalidade de obter maior produtividade e, como consequência, ter maior disponibilidade de produto para ofertar tanto nos períodos de safra quanto na entressafra.

A cadeia organiza-se também a montante com produtores, apanhadores, carregadores, transportadores, comerciantes em atacado e varejo do fruto (POULLET, 1998) – em se tratando apenas da produção do suco – "o açaí", e engloba apanhadores (peconheiros), atravessadores, marreteiros, amassadeiras, batedores de açaí (maquineiros), consumidores frequentes, consumidores menos frequentes, freteiros, empresários (agroindústria), catadores, carregadores, batedores de empresas, meeiros (RIBEIRO, 2016), conforme apresentado na Ilustração abaixo:

Figura 1:Cadeia de produção do açaí



Fonte: Elaborado pela autora.

A abertura de pólos agroindustriais próximos a regiões de escoamento e do mercado consumidor é um reflexo de como a cadeia tem procurado contornar os problemas com a logística. Neste sentido, a região metropolitana e a região nordeste do estado do Pará concentram mais de 80% do total de unidades de processamento presentes no estado, principalmente pelas vias de acesso facilitada pela BR 316 que interligam as duas mesorregiões com o resto do país e facilitam o escoamento da produção. Entretanto, a mesorregião do Marajó é a que concentra maior produção do fruto, com cerca de 80% da produção, ainda apresenta deficiência na infraestrutura de seus municípios, o que acaba por comprometer o crescimento da cadeia como um todo justamente por

se tratar da principal região produtora. Neste sentido, infere-se que os problemas logísticos se concentram principalmente nas etapas de produção/coleta e processamento.

Outro desafio a ser vencido refere-se a redução dos custos de exportação do açaí, os quais se mantém elevados devido à alta perecibilidade do produto. A transformação da polpa em produtos com baixo teor de água e mesmo a sua transformação em pó com durabilidade e sabor adequados têm sido alternativas utilizadas para maximizar a durabilidade do produto.

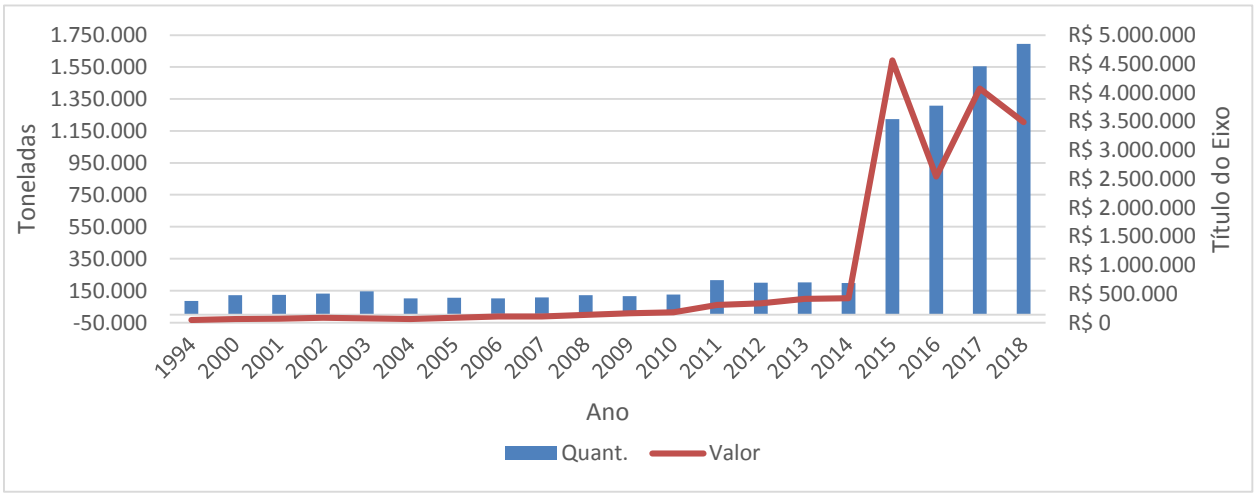
3. Panorama Nacional

O IBGE apresenta a série de dados da produção de açaí a partir do ano 1986. A popularização do consumo do açaí teve início a partir de 90, contudo, como pode ser observado no gráfico 1, a produção do fruto só mostrou aumento contundente e estável após os primeiros anos do século XXI, mais especificamente a partir de 2011.

Em 2015, ocorreu um salto no volume e valor de produção, uma vez que o gráfico soma, a partir desse ano, os valores apontados pelo IBGE na Produção Agrícola Municipal – PAM os da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, pois segundo informações dos técnicos do Instituto, os dados de produção do açaí manejado também são inseridos na PAM. Tal ocorrência pode estar relacionada não apenas ao aumento nos números de fato, mas numa diferença no perfil de levantamento feito pelo IBGE. No entanto, o aumento real na produção e no montante comercializado do açaí são inquestionáveis.

A estabilização na alta da produção de açaí é o provável reflexo da crescente popularização do consumo do fruto e do consequente aumento de confiança dos investidores envolvidos na cadeia de produção de açaí. O valor da produção do açaí extrativo no ano de 2018 foi de aproximadamente R$ 592.039.000,00 correspondendo à quantidade de cerca de 221.646 toneladas. O gráfico abaixo mostra o perfil da evolução da produção de açaí no período de 1994 – 2018:

Gráfico 1 - Quantidade e valor da produção extrativista de açaí 1994 – 2018.



Fonte: PEVS/IBGE

Pode-se observar que para os mesmos períodos houveram diferentes percentuais de variação no que se refere ao volume e ao valor de produção. Mesmo nos períodos em que se observou a redução no volume de produção, o valor da produção apresentou incremento. Apesar do aumento significativo no volume de produção dos últimos anos, a oferta tem se mantido inferior à demanda, e o que pode representar grande oportunidades de negócio e também se traduz em grandes desafios devido a problemas ligados a obtenção da matéria-prima, escoamento, infraestrutura e armazenamento.

Muito embora os produtores estejam ampliando a oferta através da abertura de novas áreas de cultivo ou de extração nativa, a abertura de novos mercados somada aos problemas inerentes da cadeia produtiva têm contribuído para o aumento do déficit de matéria-prima, principalmente na época da entressafra. A maior parte da produção de açaí está concentrada em uma região reduzida. Cerca de 85% do volume total produzido em toneladas são oriundos de 20 munícipios, dos quais 19 estão localizados no estado do Pará e 1 no Amazonas, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1: Principais municípios produtores de açaí 2016 – 2018

Municípios	2016			2017			2018		
	Ext.	Cul.	Total	Ext.	Cul.	Total	Ext.	Cul.	Total
Inhangapi (PA)	4.100	305.575	**309.675**	3.090	280.000	**283.090**	7.000	12.000	**19.000**
Portel (PA)	-	75.000	**75.000**	-	271.000	**271.000**	980	230.000	**230.980**
Abaetetuba (PA)	-	109.200	**109.200**	-	109.200	**109.200**	170	109.200	**109.370**
Cametá (PA)	-	112.000	**112.000**	-	100.800	**100.800**	SI	105.840	**105.840**
Barcarena (PA)	-	56.000	**56.000**	-	77.000	**77.000**	900	56.000	**56.900**
Bujaru (PA)	-	75.600	**75.600**	-	70.000	**70.000**	405	49.600	**50.005**
Codajás (AM)	25.000	3.993	**28.993**	12.000	44.400	**56.400**	11.600	50.000	**61.600**
Tucuruí (PA)	-	41.932	**41.932**	-	41.932	**41.932**	500	540	**1.040**
Limoeiro do Ajuru (PA)	35.000	39.900	**74.900**	40.000	39.900	**79.900**	41.000	39.900	**80.900**
Oeiras do Pará (PA)	23.800	28.000	**51.800**	25.000	39.199	**64.199**	26.000	28.932	**54.932**
Acará (PA)	-	22.500	**22.500**	-	32.668	**32.668**	360	42.469	**42.829**
Moju (PA)	-	26.000	**26.000**	-	26.000	**26.000**	117	26.000	**26.117**
Breves (PA)	1.420	3.785	**5.205**	1.505	17.785	**19.290**	1.562	60.000	**61.562**
Concórdia do Pará (PA)	-	10.575	**10.575**	-	15.000	**15.000**	282	18.000	**18.282**
Inhangapi (PA)	6.400	10.500	**16.900**	6.500	12.000	**18.500**	7.000	12.000	**19.000**
Tomé-Açu (PA)	-	7.650	**7.650**	-	12.000	**12.000**	170	13.200	**13.370**
Santa Izabel do Pará (PA)	-	7.000	**7.000**	-	11.000	**11.000**	235	50.000	**50.235**
São Sebastião da BV (PA)	5.168	20.000	**25.168**	5.764	10.134	**15.898**	6.852	28.000	**34.852**
Afuá (PA)	8.250		**8.250**	8.950		**8.950**	9.250	-	**9.250**
Ponta de Pedras (PA)	-	12.760	**12.760**	-	8.468	**8.468**	6.250	16.380	**22.630**
Total	**109.138**	**967.970**	**1.077.108**	**102.809**	**1.218.486**	**1.321.295**	**120.633**	**948.061**	**1.068.694**

Fonte: PEVS/IBGE

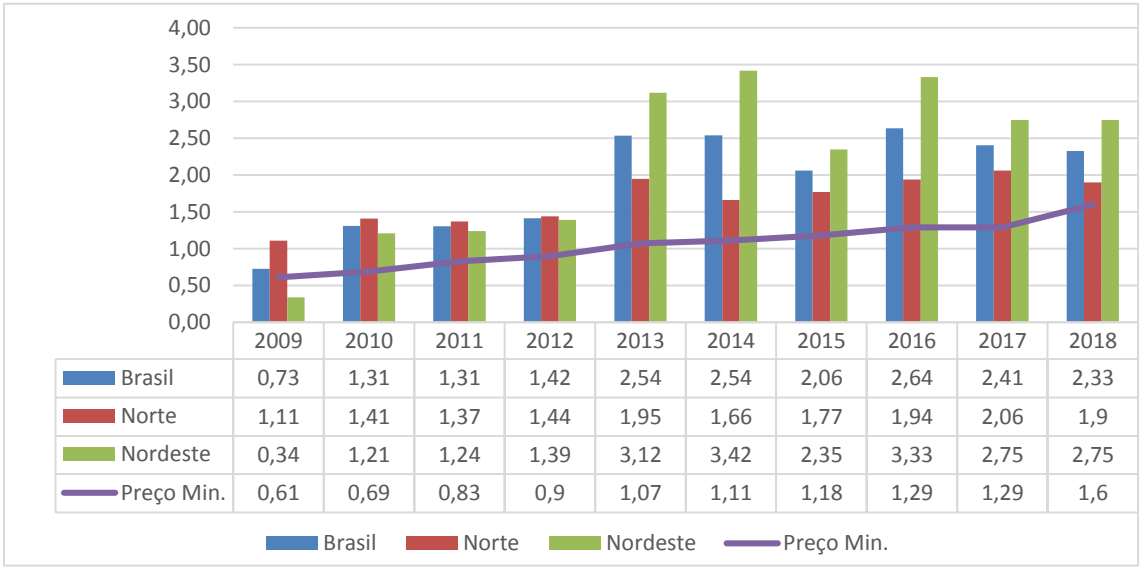
Tal cenário reflete a densa concentração no que se refere a regiões de produção do açaí sendo que, atualmente, 11% dos municípios produtores extrativistas correspondem a 80,81% de toda produção nacional.

4. PREÇOS NACIONAIS

Como exposto, a conquista do mercado de alimentos pelo fruto de açaí foi acompanhada de oscilações no volume de produção até o atingimento da alta contínua observada nos último anos. Em contrapartida, o valor monetário da produção mostrou incremento continuo, mesmo que o percentual do crescimento entre os períodos tenha sido flutuante.

Quanto ao preço pago ao produtor extrativista, o Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - Siagro traz uma série de dados a partir de 2009. Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, de 2009 a 2018 houve aumento de 71% nos preços de comercialização no período considerado, com pico na média nacional de R$ 2,64/Kgno ano de 2016:

Gráfico 2 – Preço pago ao produtor extrativista 2009 – 2018

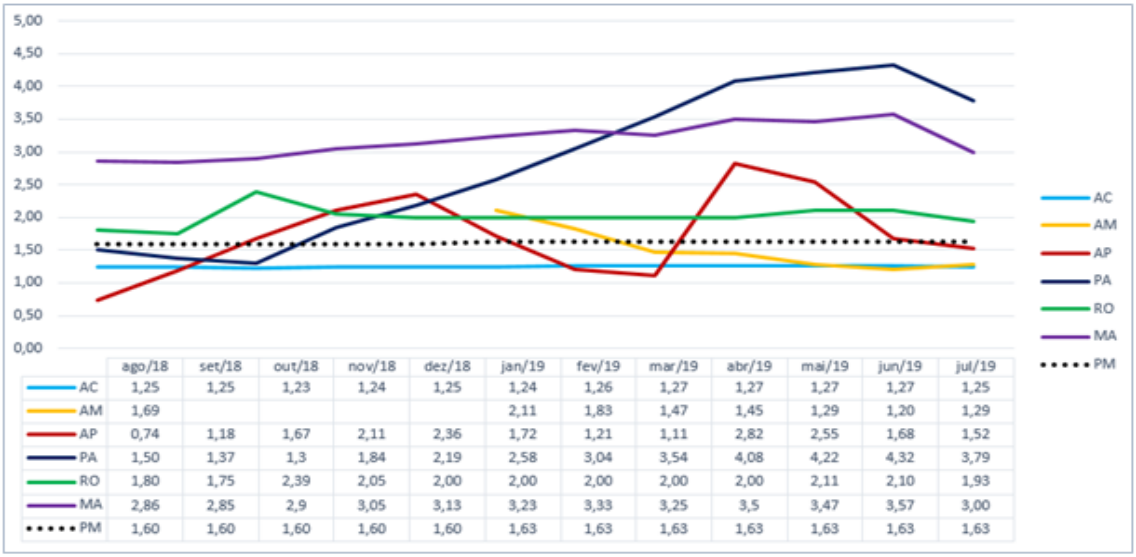


	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	0,73	1,31	1,31	1,42	2,54	2,54	2,06	2,64	2,41	2,33
Norte	1,11	1,41	1,37	1,44	1,95	1,66	1,77	1,94	2,06	1,9
Nordeste	0,34	1,21	1,24	1,39	3,12	3,42	2,35	3,33	2,75	2,75
Preço Min.	0,61	0,69	0,83	0,9	1,07	1,11	1,18	1,29	1,29	1,6

Fonte: PEVS/IBGE

Os preços nas praças de comercialização também sofreram alta ao longo dos anos. No entanto, o aumento no valor da precificação do açaí não tem refletido nos ganhos por tonelada produzida, tal fato é decorrente dos altos custos de produção em face a problemas de infraestrutura e logística que acabam por dissolver ao longo da cadeia de produção os possíveis ganhos. Nesse sentido, quanto mais se ganha mercado mais importantes são as questões de infraestrutura e logística para que os excedentes não sejam comprometidos por altos custos adversos. O gráfico abaixo traz a relação do preço pago ao produtor extrativista nos períodos agosto de 2019 a julho de 2019.

Gráfico 3 – Preço pago ao produtor extrativista 2009 – 2018



	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19
AC	1,25	1,25	1,23	1,24	1,25	1,24	1,26	1,27	1,27	1,27	1,27	1,25
AM	1,69					2,11	1,83	1,47	1,45	1,29	1,20	1,29
AP	0,74	1,18	1,67	2,11	2,36	1,72	1,21	1,11	2,82	2,55	1,68	1,52
PA	1,50	1,37	1,3	1,84	2,19	2,58	3,04	3,54	4,08	4,22	4,32	3,79
RO	1,80	1,75	2,39	2,05	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,11	2,10	1,93
MA	2,86	2,85	2,9	3,05	3,13	3,23	3,33	3,25	3,5	3,47	3,57	3,00
PM	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63

Fonte: Siagro/Conab

Pelos dados apresentados no gráfico 4 observa-se que os preços recebidos pelos produtores sofrem grande influência do período de safra, sendo que de modo geral, nas principais praças, os preços são maiores no início da safra, ou seja, na saída da entressafra, e sofrendo queda no pico de safra, mostrando recuperação já no final da mesma. Apesar de o período de safra ser um dos aspectos mais determinantes para formação do preço do fruto do açaí, outros critérios são igualmente importantes, como por exemplo, a relação de comércio com as principais praças produtoras e a proximidade entre os portos, estações de transbordo e indústrias. No caso do Amapá, por exemplo, no período de pico de safra o preço do açaí atingiu seu maior valor, provável reflexo da entressafra no Pará, como consequência as maiores praças de comercialização do país acabam por buscar o produto no estado nesse período. Muitas vezes, a entressafra no Pará reduz em até 70% a produção do açaí no estado, sendo que os preços de venda do açaí nas praças de comércio nesse período podem ficar em média quatro vezes mais altos. As informações levantadas pelas superintendências regionais Conab nas praças de comercialização apontam para um incremento de aproximadamente 15% no preço recebido pelo produtor no período de Janeiro a Abril de 2019.

O preço do açaí tipo médio comercializado em Belém apresentou alta acumulada de quase 30% nos seis primeiros meses de 2019. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o reajuste no preço do produto ficou 29,42% mais caro entre janeiro e junho deste ano. O açaí tipo grosso também apresentou alta acumulada nos últimos seis meses. Segundo levantamento ainda do Dieese, o produto está cerca de 25% mais caro em relação ao mês de janeiro. Contudo estima-se que haverá queda do preço do açaí no segundo semestre de 2019.

Os estados do Acre e do Amazonas são os estados onde observa-se o menor preço pago ao produtor, o que está relacionado seguramente às questões de custo e infraestrutura, como logística e a grande quantidade de operações de transbordo entre a produção e os portos para escoamento do produto. Nesses dois estados a produção de açaí, em alguns municípios, depende basicamente da enchente dos rios para o seu escoamento. Por esse motivo o período de seca pode ocasionar a formação de calhas da bacia amazônica dificultando, nessas áreas, o escoamento dos produtos agrícolas e extrativistas.

O estado do amazonas apresenta duas estimativas de preços pago ao produtor em função da região de produção, em terra firme ou nas regiões do baixo amazonas. Observa-se que há uma relação inversa dos preços entre o açaí oriundo das florestas e o de terra firme uma vez que no período de safra, no primeiro caso, o preço segue a tendência de queda, enquanto que no segundo caso, o preço pago ao produtor sofre a maior alta no mesmo período. Este fenômeno ocorre devido a períodos de safras diferentes nas diferentes zonas produtoras.

Rondônia e Maranhão são regiões que apresentam baixa variação do preço ao longo do ano. Todavia, a variação de preço nesses estados teve comportamento distinto dos demais, uma vez que a maior alta de preços ocorreu no final do período de safra. Nesses dois estados, além de apresentar maior estabilidade, o preço pago ao produtor é em média maior que nos estados do Acre, Amapá e Amazonas, isso porque, de modo geral, os dois apresentam vantagens em relação a questões de logística e escoamento quando comparados aos demais.

Os preços praticados no estado do Pará têm uma relação direta com o volume da safra. Durante os anos em que a produtividade dos açaizais foi baixa, o preço teve tendência de alta. No estado do Amazonas, segundo maior produtor, observa-se que o preço do açaí vem sendo lastreado pelo Preço Mínimo, com leves altas ocasionas. Portanto, o estado não acompanha as tendências de aumento dos preços observadas em outras regiões produtoras, pois o alto custo do transporte feito por navegação é repassado indiretamente para o produtor.

No Maranhão, estado que tem se consolidado como terceiro maior produtor nacional, o preço pago ao produtor é um dos maiores do país e sofre leves oscilações, nunca tendo os produtores do estado acessado a subvenção da PGPM-Bio. A produção em terra firme no Maranhão tem possibilitado grande volume de oferta na safra e na entressafra, inclusive para outros estados como o Pará. A tabela abaixo traz o comparativo dos preços praticados no 1º trimestre de 2018 e 2019.

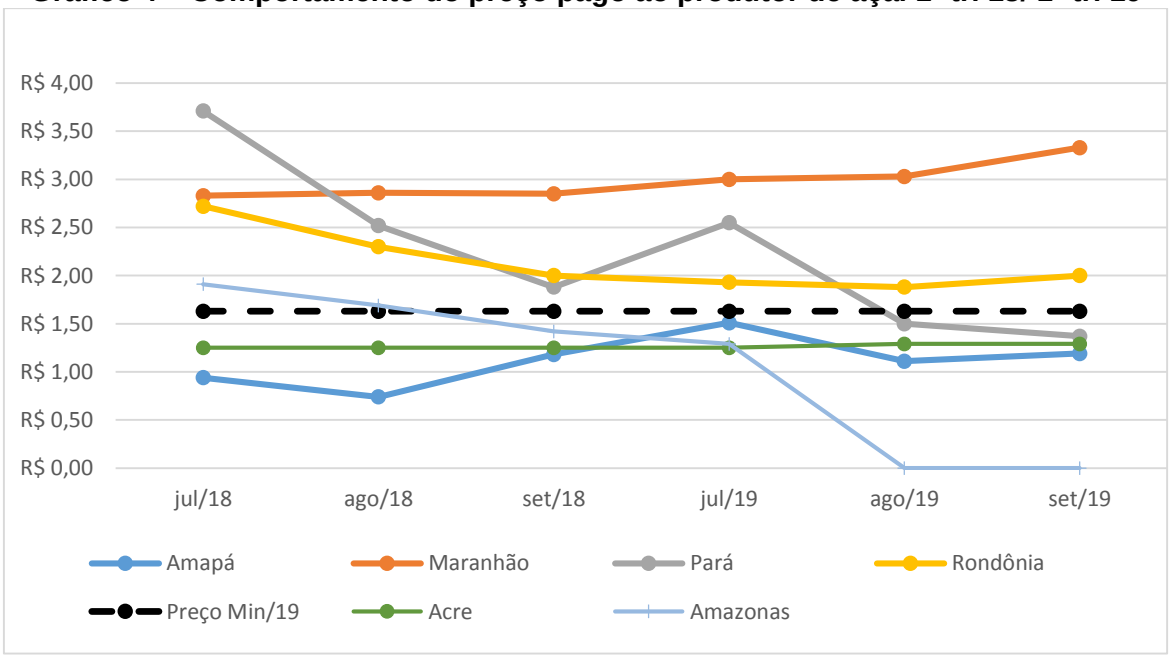
Tabela 2 – Preço pago ao produtor de açaí – R$/kg

UF	3° TRIMESTRE DE 2018			3° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set				
ACRE	1,25	1,25	1,25	1,25	1,29	1,29	0%	3%	3%	R$ 1,63
AMAZONAS	1,91	1,69	1,42	1,29	-	-	-32%	-	-	
AMAPÁ	0,94	0,74	1,18	1,51	1,11	1,19	61%	50%	1%	
MARANHÃO	2,83	2,86	2,85	3	3,03	3,33	6%	6%	17%	
PARÁ	3,71	2,52	1,88	2,55	1,5	1,37	-31%	-40%	-27%	
RONDÔNIA	2,72	2,3	2	1,93	1,88	2	-29%	-18%	0%	

Fonte: Siagro/Conab

A queda mais acentuada nos preços ocorreu no Amapá, seguido do Acre. No Maranhão a curva apresentou acentuada ascendência entre o final do ano passado e início deste ano, com estabilização dos preços após esse período, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Comportamento do preço pago ao produtor de açaí 1º tri 18/ 1º tri 19



Fonte: Siagro/Conab

5. Panorama Internacional

O Pará, que é o maior exportador de açaí do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui apenas sete empresas que comercializam o fruto para fora do país, totalizando 2,3 mil toneladas exportadas em 2018. Atualmente, o fruto do açaí alcança todos os

continentes, tendo os mercados norte-americano e japonês como destino de 90% das exportações de açaí. Os outros 10% da exportação são comprados pela Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Angola, Austrália, Canadá, Chile, China, Cingapura, Emirados Árabes, França, Israel, Nova Zelândia, Peru, Porto Rico, Portugal e Taiwan[7].

Apesar da crescente demanda, em 2018 a Fiepa (Federação das Indústrias do Estado do Pará) registrou queda de 20% na movimentação de exportações da produção nacional, com valor comercializado ultrapassando timidamente os US$ 7 milhões, quase dois milhões a menos que em 2017. A quantidade de toneladas exportadas também teve baixa de 15%. Um dos motivos, segundo o Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Pará (SINDIFRUTAS[8]), foi a paralisação dos caminhoneiros que assolou o país durante nove dias no mês de maio de 2018.Outro agravante apontado pelo sindicato é o atual processo de cultivo do fruto, cuja produção ainda é de manejo, com 80% sendo coletado no segundo semestre e 20% no primeiro, assim pode-se considerar que a safra ocorre nos últimos seis meses do ano.

No *ranking* dos países que mais receberam açaí em 2018, os Estados Unidos estão na liderança e são responsáveis por quase 40% do consumo total, com mais de mil toneladas, algo em torno de US$ 2,7 milhões. Logo atrás estão o Japão e Austrália com, respectivamente, 236 e 194 toneladas. Os dois países juntos movimentaram pouco mais de US$ 1,5 milhão. O mercado europeu aparece com Alemanha, Bélgica, França, Holanda e Portugal, mas com valores pouco impactantes na balança comercial do produto. Somadas, são 473 toneladas.

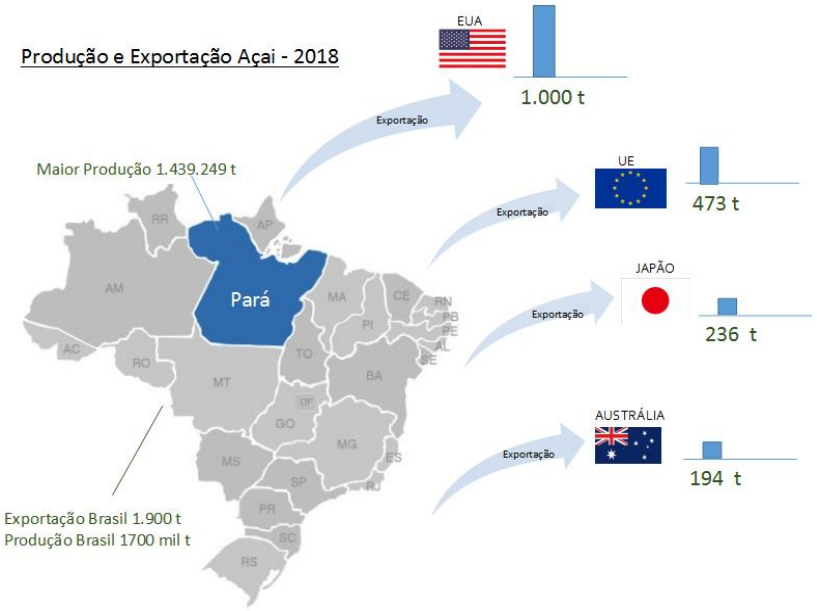
Ainda segundo a Fiepa, para ganhar novos mercados as empresas devem estar atentas com relação às certificações internacionais para alimentos e bebidas. Além disso, processar internamente produtos derivados do açaí desde sua concepção também é uma das saídas quando se pensa em aumentar o volume de exportação.[9]

[7]Dados oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/noticias/acai-o-sabor-da-amazonia-que-se-espalha-pelo-mundo**.** Acesso em: set. 2019

[8] Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará. Disponível em: http://www.sindicatodaindustria.com.br/sindfrutaspa/ Acesso: set. 2019.

[9]Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/02/21/caminhos-do-acai-estados-unidos-consome-40-da-exportacao-paraense-mercado-na-europa-e-timido-e-fruto-movimenta-us-17-milhoes-em-dois-anos.html. Acesso em: set. 2019.

Figura 2 – Produção e exportação do açaí (2018)



Fonte: Fiepa/Agrostat

Segundo o FMI[10], geograficamente o mercado do açaí é segmentado em sete regiões que são: Américas do Norte e Latina, Europas Ocidental e Oriental, Ásia-Pacífico (excluindo o Japão), Oriente Médio, África e Japão. O Brasil e os Estados Unidos lideram no mercado global desse produto em termos de volume, seguido pela região da Ásia-Pacífico, a qual tem potencial para assumir a liderança desse mercado num futuro próximo, bem como outros países da América do Norte. A figura acima (Figura 2) ilustra a distribuição do volume de açaí exportado em função do destino e em relação ao total produzido.

6. Referências Bibliográficas.

BENTES, E. S. HOMMA, A. K. O., Santos, C. A. N. **Exportações de polpa de Açaí do Estado do Pará: situação atual e perspectivas.** *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, RS. **Anais** [...] Brasília, DF: SOBER, 2017.

GALEÃO, P. **Potencialidades e limites da cadeia de valor do açaí em boca do Acre**. Brasília: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.

[10] Fundo Monetário Internacional

HOMMA, A.K.O.; NOGUEIRA, O.L.; MENEZES, A.J.E.A.; CARVALHO, J.E.U.; NICOLI, C.M.L.; MATOS, G.B. **Açaí: novos desafios e tendências.** Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, PA v.1, n.2, p.7-23, jan./jun. 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura** – PEVS: 2015 a 2017. Brasília, IBGE, 2017.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Desenvolvimento regional Sustentável, Cultura Açaí:** Editorial. Brasília: Banco do Brasil, IICA, 2017.

MEIRA, M. **O tempo dos patrões.** 1993. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993. 706 p.

MULLER, A.A.; FARIAS NETO, J. T.; ESPÍRITO SANTO, D. E. S.; Silva, M. R. A., **Variação Genética em Progênies de Açaizeiro Branco**. Revista Científica Agrária, Belém, PA, n. 43 p. 193 –188, jan.– jun., 2005.

OLIVEIRA, M. S., CARVALHO, J.E, NACIMENTO, W. M. O., MULLER, A.A. **Cultivo do açaizeiro para produção de frutos**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, jun. 2002. (Comunicado Técnico, 26)

OLIVEIRA, M. S. P., FARIAS NETO, J.T. **Cultivar BRS-Pará: Açaizeiro para Produção de Frutos em Terra Firme**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, dez. 2004. (Comunicado Técnico, 114) Embrapa Amazônia Oriental.

PAGLIARUSSI, M. S. **A cadeia produtiva agroindustrial do açaí: Estudo da cadeia e proposta de um modelo matemático**. 2010. Dissertação - Universidade Estado de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

QUEIROZ, J. A. L.; MOCHIUTTI, S. **Tipos de açaizais do Estuário Amazônico e efeitos das intervenções praticadas por extratores ribeirinhos**. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA IUFRO, 2000, Belém, PA. **Anais** [...] Belém, PA: s.n., 2000.

QUEIROZ, J.;A. L.; MOCHIUTTI, S. **Guia prático de manejo de açaizais para produção de frutos**. 2. ed. Brasília-DF: Embrapa, 2012.

TAVARES, G. S.; HOMMA, A. K. **Comercialização do açaí no Estado do Pará: Alguns Comentários**. Revista Eumednet. Observatório de la Economia Latino- Americana. Brasil, Setembro, 2015.

ZANATTA, G. V.**O extrativismo de açaí (Euterpe Precatoria Mart.) e os sistemas produtivos tradicionais na Terra Indígena Kwatá-Laranjal Amazonas**. 2012. Dissertação - Instituto Nacional De Pesquisas Da Amazônia – Inpa. Programa De Pós-Graduação em Ciências de Florestas Tropicais. Manaus, 2012.

AMÊNDOA DE BABAÇU

Ianelli Sobral Loureiro[11]

1. Introdução

O Babaçu (*Orbygnia phalerata*) é uma das mais importantes palmeiras brasileiras. Presente na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado e na Caatinga com abrangência de 13 a 18 milhões de hectares em 279 municípios situados em 11 estados (Embrapa). Dessa palmeira pode ser extraído o coco babaçu responsável por gerar renda a muitas famílias. Esta importante palmeira floresce normalmente entre os meses de janeiro e abril.

Além da amêndoa, existe um leque variado de matérias-primas que o babaçu oferece, como a extração do óleo de babaçu, o qual possui substâncias que auxiliam no combate de doenças. O óleo ainda possui compostos anti-inflamatórios, que regulamentam a flora intestinal, e também outros que contribuem para o aumento da imunidade. O óleo também é utilizado para fabricação de sabão e glicerina.

O manejo extrativista sustentável do babaçu consiste, resumidamente, em seis processos: (i) pré-coleta, (ii) coleta, (iii) pós-coleta, (iv) manutenção e proteção das áreas, (v) monitoramento e (vi) beneficiamento. As atividades voltadas ao beneficiamento, armazenamento e transporte primário são consideradas intrínsecas ao manejo, pois são realizadas logo após a coleta, muitas das vezes ainda dentro das áreas de coleta.

2. Aspectos Socioeconômicos

A cadeia produtiva do babaçu tem como base o extrativismo primário, com a coleta dos cocos logo após a queda dos frutos, realizada em sua maioria por povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores familiares. Dentro da organização familiar a coleta e a extração das amêndoas do babaçu cumprem a função de ocupação da mão de obra predominantemente feminina, com escassas oportunidades de emprego, possibilitando a geração de renda necessária à aquisição de bens de consumo. Estima-se que mais de 300 mil[12] mulheres vivam dessa atividade.

3. Preços e Comercialização

Na comercialização da amêndoa de babaçu, conforme a tabela 1, as variações de preço em relação aos meses de julho, agosto e setembro dos anos de 2018 e 2019 mostram que no estado do Maranhão - o maior produtor de amêndoa de babaçu, detentor de mais de 90% da produção nacional, e também da maior parte das unidades beneficiadoras de amêndoa, apresentou queda de preços no período mencionado devido à baixa demanda por amêndoa e o redirecionamento das

[11] Colaboração: Mirelly Gomes Maximino.

[12] Informação do MIQCB – movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu.

próprias quebradeiras em beneficiar o insumo em azeite, agregando valor e tendo mais oportunidades remuneração justa.

No Piauí ocorrem maiores oscilações no decorrer do tempo, isso devido à inconstância da oferta no estado associado à escassez do produto em períodos não propícios para a catação (como em períodos de chuvas, por exemplo), quando a quantidade do coco reduz de forma significativa, elevando os preços. Também há momentos em que as quebradeiras de coco intensificam a produção individual de azeite e assim deixam de comercializar a amêndoa, aumentando o preço da mesma.

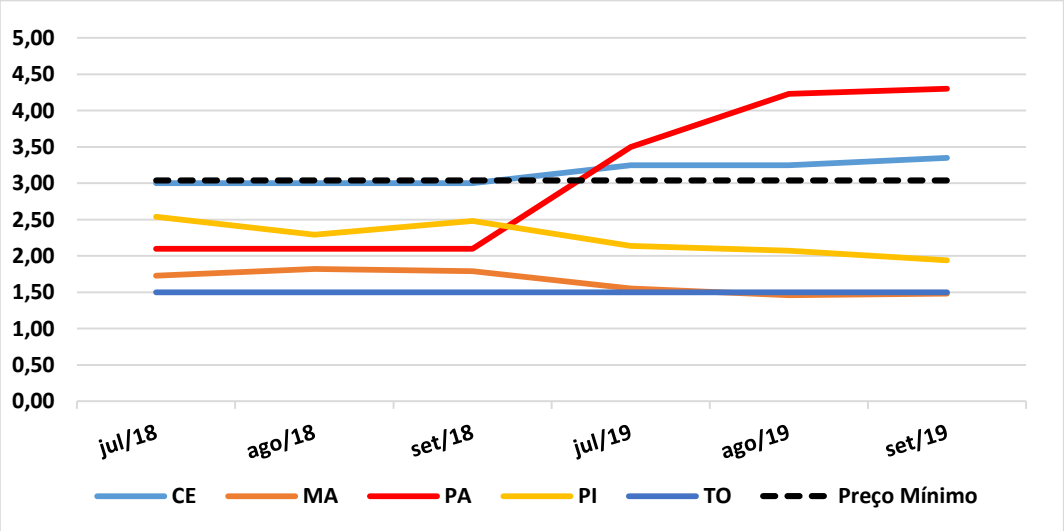
Tabela 1 - Preço pago ao produtor de amêndoa de Babaçu - R$/kg

UF	jul/18	ago/18	set/18	jul/19	ago/19	set/19	VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
CE	3,00	3,00	3,00	3,25	3,25	3,35	8%	8%	12%	
MA	1,73	1,82	1,79	1,55	1,46	1,48	-10%	-20%	-17%	
PA	2,10	2,10	2,10	3,50	4,23	4,30	67%	101%	105%	**3,04**
PI	2,54	2,29	2,48	2,14	2,07	1,94	-16%	-10%	-22%	
TO	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	0%	0%	0%	

Fonte: Conab

Apesar de algumas altas de preços, principalmente no Pará, a amêndoa de coco babaçu continua com preço de venda abaixo do mínimo fixado pelo Governo Federal em relação ao mesmo período de 2018 e 2019, como mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 -Preço pago ao produtor de amêndoa de Babaçu - R$/kg



Fonte: Siagro/Conab

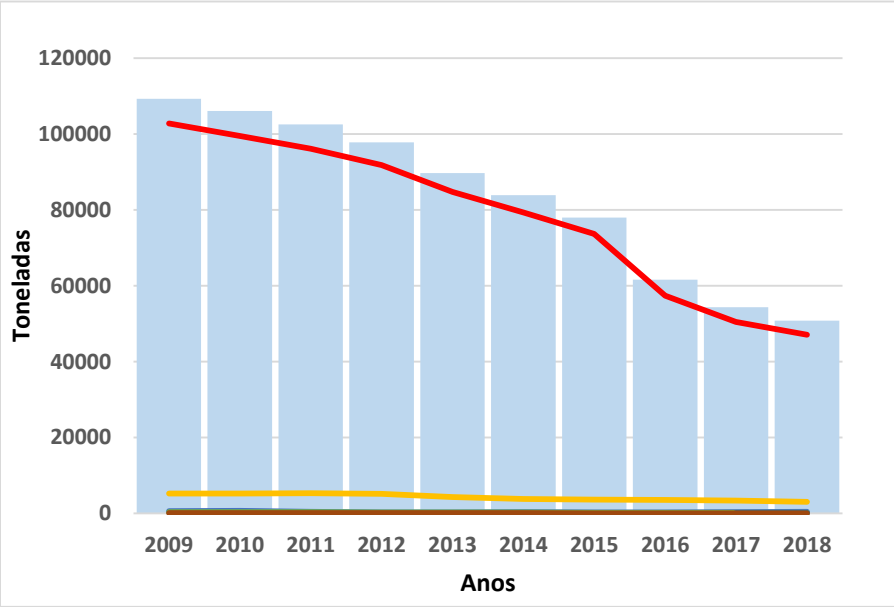
4. Produção

O principal produtor de amêndoa de babaçu no Brasil é o Maranhão, seguido dos estados do Piauí, Tocantins, Ceará, Minas Gerais e Pará. Esses demais estados, porém, possuem um peso menor na produção nacional. Segundo o IBGE, o mercado de amêndoa de babaçu movimentou cerca de 93 milhões de reais e 51 mil toneladas do fruto em 2018.

No gráfico 2 é possível observar um declínio contínuo da produção nos últimos 10 anos. Nesse período, a amêndoa de babaçu perdeu cerca de 54% da sua produção. Os motivos dessa queda estão relacionados ao baixo acesso dos produtores de amêndoa de babaçu a incentivos financeiros de crédito que impedem o investimento em unidades de beneficiamento. A falta de estrutura e conhecimento a respeito de novas tecnologias dificulta a competição dos subprodutos de babaçu, o que reflete nos baixos preços.

Os baixos preços pagos pela comercialização da amêndoa causam desinteresse e a saída de mão da obra da atividade produtiva. A manutenção desse padrão pode significar em alguns anos o desaparecimento da atividade extrativista para este produto. Apesar da queda da produção dos últimos anos, a amêndoa ainda se configura como importante atividade econômica para povos e comunidades tradicionais num ambiente de mercado que carece de políticas públicas atuando tanto na estruturação da cadeia quanto na geração de renda.

Gráfico 2 – Estados produtores de amêndoa de babaçu (em toneladas)



Fonte: PEVS/IBGE

AMÊNDOA DE CACAU

Ianelli Sobral Loureiro[13]

1. Introdução

O cacau (*Theobroma cacao L.)* é um fruto típico da região da bacia amazônica originário de regiões de floresta pluviais da América Tropical, onde até hoje é encontrado em estado silvestre, desde o Peru até o México. Há três variedades de cacaueiro popularmente conhecidas, o Criollo, Forasteiro e o Trinitário. O cacau Criollo é considerado o mais nobre, mas é pouco produtivo e sensível a doenças, cultivado em Honduras, Costa Rica e México. Já o Forasteiro, de origem na bacia amazônica, é o mais produtivo e resistente às doenças, cultivado principalmente no Brasil e na África, e o Trinitário é resultado do cruzamento entre as duas outras variedades, criado em Trinidad por volta de 1727 e considerado de boa qualidade.

Conhecido principalmente por ser matéria prima na fabricação do chocolate, produto apreciado no mundo inteiro, o cacau vai muito além da fabricação do doce. A manteiga e o óleo são utilizados na indústria cosmética e farmacêutica. No Pará existe um doce feito com a cibirra, uma estrutura fibrosa localizada no centro do fruto que prende as sementes de um extremo ao outro, considerado como uma iguaria popular e deliciosa. A polpa branca que envolve as sementes é o principal ingrediente na fabricação de sucos, iogurtes, geleias, mousses, pudins, sorvetes, destilados e fermentados finos como vinho e vinagre. A casca do fruto pode ser usada para a produção de adubo orgânico por ser rica em nitrogênio, ou como alimento animal após passar pelo processo de fermentação em silo.

A principal zona de produção corresponde à região de Ilhéus-Itabuna, caracterizada por um clima quente e úmido. A maioria das lavouras cacaueiras está situada no Estado da Bahia, o qual responde por 94% do cacau brasileiro. Todavia, algumas variedades de cacau forasteiro amazônico, como o Nanay 32 e os Scavinas 6 e 12 apresentam aroma e sabor ricos, tão bons quanto os excelentes sabores das reconhecidas variedades equatorianas[14], o que representa a possibilidade de enquadramento do produto amazônico em mercados *gourmet* para desfrute de uma demanda altamente seletiva a qual paga preços mais competitivos aos produtores.

2. Produção e moagem

Os países africanos se mantêm como os maiores produtores mundiais, com mais de 76% da produção. Em seguida a América com 17% e Ásia e Oceania com 6%. Na moagem (indicador

[13] Colaboração: Diego Fernandes dos Santos.

[14] SANTOS, Givago Barreto Martins dos *et al*. **Cacau fino**: conceitos e evolução no Brasil. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC: UESC, [2019]. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/ceplac/publicacoes/chocolates-finos-e-de-aroma/cacau-fino-conceitos-e-evolucao. Acesso em: set. 2019.

para demanda por amêndoa de cacau) os principais países são os Europeus com 36% do total, seguidos pelos países da Ásia e Oceania com 24%, os africanos com 21% e América com 19%.

Tabela 1 - Previsão de Moagem Mundial de cacau - ICCO - safra 2017/2018 - Mil Toneladas

Amêndoa Cacau	2016/2017		2017/2018		2018/2019	
Europa	**1.628**	**37%**	**1.710**	**37%**	**1.724**	**36%**
Alemanha	410	9%	448	10%	450	9%
Holanda	565	13%	585	13%	600	13%
Outros	653	15%	677	15%	674	14%
África	**901**	**20%**	**963**	**21%**	**991**	**21%**
Costa do Marfim	577	13%	559	12%	590	12%
Gana	250	6%	310	7%	300	6%
Outros	73	2%	94	2%	101	2%
América	**880**	**20%**	**872**	**19%**	**903**	**19%**
Brasil	227	5%	230	5%	230	5%
EUA	390	9%	385	8%	400	8%
Outros	262	6%	257	6%	273	6%
Ásia e Oceania	**988**	**22%**	**1.050**	**23%**	**1.166**	**24%**
Indonésia	455	10%	483	11%	490	10%
Malásia	216	5%	236	5%	300	6%
Outros	317	7%	331	7%	376	8%
Mundial	**4.397**	**100%**	**4.596**	**100%**	**4.783**	**100%**
Moagem na origem	**2025**	**46%**	**2139**	**47%**	**2247**	**47%**

Fonte: ICCO

A produção estimada pelo IBGE se diferencia da produção estimada pela International Cocoa Organization (ICCO), tendo em vista a aplicação de diferentes procedimentos metodológicos na coleta dos dados, entre eles distintos períodos de safra considerados. A produção de cacau, prevista pela ICCO para a safra 2018/19 (terminada em junho) foi de 4849 mil toneladas, significando um aumento de 4,2% em relação à safra passada. O aumento reflete principalmente a boa produção dos países africanos. As boas condições da lavoura com incidência menor de doenças trouxeram os melhores resultados para a colheita.

Na esteira do crescimento da oferta, a demanda por amêndoa de cacau (moagem) cresceu 4% no mesmo período. Após queda nos preços da amêndoa (para o patamar atual entre 2.200 e 2.450 dólares/tonelada) a demanda voltou a crescer aliada a uma melhora da economia como um todo.

3. Preços e Comercialização

3.1. Preços Nacionais

A estimativa de preços pagos ao produtor amazonense cresceu 37% em relação à safra anterior. Os valores recebidos por este produtor permanecem abaixo da média nacional, porém, devido aos grandes custos logísticos que permeiam a região da floresta amazônica. Os empecilhos conhecidos por dificultar o armazenamento e a distribuição na região acabam por cair inevitavelmente no elo produtivo, o qual representa a parte flexível de toda a negociação.

Tabela 2 – Preços pagos ao produtor de amêndoa de cacau – R$/KG

UF	jul/18	ago/18	set/18	jul/19	ago/19	set/19	VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
AM	4,77	4,77	4,38	5,81	6,00	6,00	22%	26%	37%	
PA	9,50	6,76	8,38	9,37	9,16	9,33	-1%	35%	11%	
BA	9,92	8,61	9,70	10,08	9,90	10,57	1%	15%	9%	7,57
RO	9,05	7,26	8,33	8,80	8,43	8,75	-3%	16%	5%	
ES	9,83	8,01	8,83	9,91	9,57	10,33	0,8%	24%	17%	

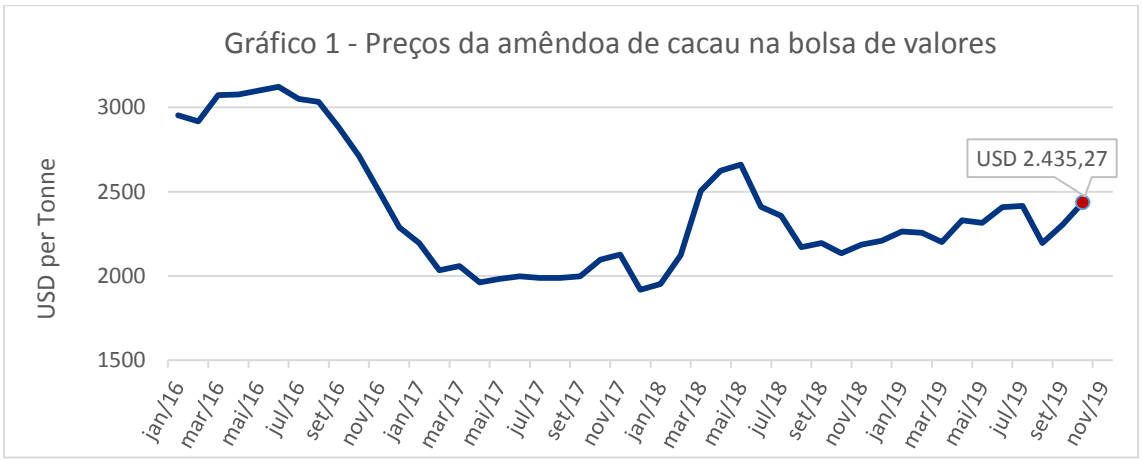
Fonte: Siagro/Conab

No âmbito da política federal de garantia de preços mínimos (PGPM-Bio), a expectativa é o recebimento de uma grande demanda de subvenção dos produtores de cacau nativo amazonense. Uma vez que o montante repassado ao produtor é baixo e um dos principais parâmetros para o estabelecimento do preço mínimo de subvenção é o custo variável de produção, a lacuna entre os valores de venda e subvenção é considerável. Este custo é elevado na região da floresta amazônica principalmente devido ao fato de que são necessárias mais horas de trabalho para coletar o produto, graças à dificuldade no deslocamento local.

3.2. Preços Internacionais

O crescimento da demanda por amêndoa de cacau vinha impulsionando os preços para patamares mais altos entre agosto de 2018 e julho de 2019. Ao ser divulgado o crescimento de 4,2% da safra 2018/2019 com boas perspectivas para a safra 2019/2020 os preços caíram em agosto para um valor em torno de $ 2.200/tonelada. Em outubro de 2019, o preço do cacau *bulk*[15]voltou a subir, e encontra-se por volta de $ 2.400 dólares por tonelada da amêndoa.

[15] Cacau comum comercializado no mercado de ações, sem características aromáticas marcantes.



Fonte: ICCO, London and New York futures.

Referências Bibliográficas

MORI, Scott A; SILVA, Luiz Alberto Mattos. **The Herbarium Of The "Centro de Pesquisas do Cacau" at Itabuna, Brazil**. The New York Botanical Garden, Bronx, NY, v. 31, n. 3, p. 177-196, 1979.

SANTOS, Givago Barreto Martins dos et al. **Cacau fino**: conceitos e evolução no Brasil. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC: UESC, [2019]. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/ceplac/publicacoes/chocolates-finos-e-de-aroma/cacau-fino-conceitos-e-evolucao. Acesso em: set. 2019.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

BARU

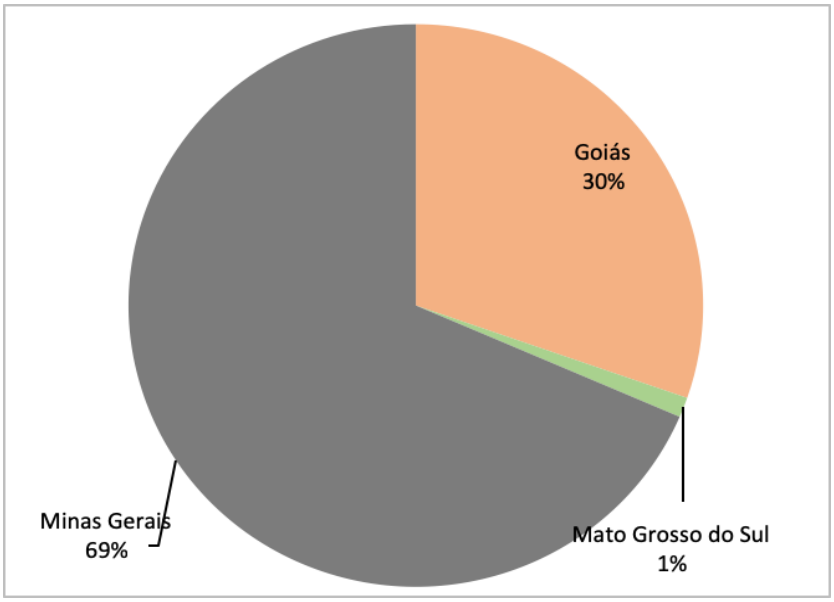
Humberto Lobo Pennacchio[16]

1. Panorama nacional

Dependendo da região, o calendário sazonal da produção de frutos do baru varia muito ano a ano, mas normalmente ocorre entre os meses de agosto e outubro. Segundo informações oficiais, fornecidas pelo IBGE em seu último levantamento contido na pesquisa sobre a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2018 (PEVS), a pesquisa apresentou uma produção de 95,8 toneladas de baru contra 548,6 toneladas produzidas em 2017, redução de 94,27%, distribuídas nos 3 estados brasileiros (GO, MG e MS), onde a pesquisa é realizada.

Ainda com relação à safra de 2018, apesar da expressiva queda na produção em termos nominais, o estado de Minas Gerais manteve o seu percentual de participação de 69% da produção nacional, enquanto Goiás elevou sua participação para 30% e Mato Grosso do Sul com a menor participação no cenário nacional, 1%. O gráfico 1 demonstra a participação na produção nacional, por unidade da federação.

Gráfico 1 - Produção nacional de Baru por UF



Fonte: IBGE/PEVS

[16]Economista e Analista de mercado dos produtos: andiroba, baru, borracha, castanha do Brasil e macaúba.

2. Análise de mercado

A tabela 1 apresenta os preços pagos aos produtores durante um período da safra nos estados onde há coleta, espelhando o movimento de mercado no que diz respeito à oferta e demanda, notadamente entre as safras atual e anterior. Em 2018 o Mato Grosso do Sul apresentou um patamar de preços nominais em média 180% superior aos demais estados analisados, característica deste estado, resultado este que se deve ao pequeno volume de oferta do produto, configurando sua quase escassez.

No mesmo período do ano, na safra seguinte (2019), enquanto nos estados do Goiás e Minas Gerais os preços se movimentaram positivamente, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul o movimento foi de queda, refletindo as peculiaridades de produção nos diferentes estados e também a desestruturação da cadeia produtiva. A disparidade dos preços, tanto em valores nominais quanto na sua variação percentual, corrobora com o argumento supracitado.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Baru amêndoa (R$/kg)

UF	3° TRIMESTRE DE 2018			3° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jul-18	Aug-18	Sep-18	Jul-19	Aug-19	Sep-19				
GO	SI	28,33	28,00	SI	32,25	34,67	-	14%	24%	
MG	SI	22,50	22,50	25,00	27,50	27,50	-	22%	22%	
MS	SI	80,00	61,67	42,50	42,50	43,64	-	-47%	-29%	R$ 16,11
MT	25,00	25,00	25,00	25,00	23,18	23,00	0%	-7%	-29%	

Fonte: Siagro/Conab

Um dos grandes entraves, senão o principal, na comercialização de produtos extrativistas é a influência exercida pela figura do comprador/adquirente sobre a extração vegetal, pois é por meio do mesmo, através de uma precificação atrativa, que o agricultor extrativista decide o volume a ser coletado, uma vez que existem custos a serem considerados.

Por ser uma atividade estritamente dependente das forças da natureza, a manutenção da oferta é fundamental para que os compradores se fidelizem, o que raramente acontece, perpetuando a incerteza em ambos os lados da negociação.

BORRACHA NATURAL EXTRATIVA

Humberto Lobo Pennacchio[17]

1. Panorama Nacional

O seringueiro deve ser considerado como um agente econômico “especial”, pois extrai da floresta quase tudo de que precisa para a sua vida: alimentos, borracha, castanha, entre outros produtos de valor comercial, preservando a floresta como um verdadeiro “guarda-florestal”. Sem a sua presença, o desmatamento por meio do mercado ilegal de madeira e a expansão da fronteira agrícola na Amazônia seria ainda maior, causando extrema erosão genética da biodiversidade brasileira.

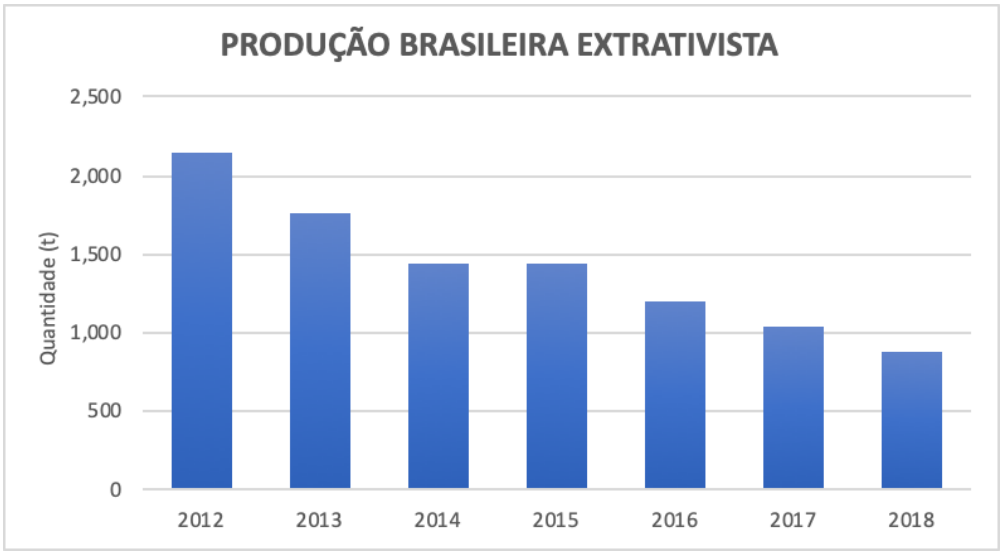
A simples coleta do látex líquido, adicionado ao processo de coagulação, resultando no coágulo, indica a transformação de um recurso natural com valor agregado, passo inicial para alcançar a sustentabilidade econômica.

Os dados do ano de 2018 (IBGE), demonstram que a produção de borracha da Região Norte correspondeu a 0,49% da produção nacional. A atividade extrativista produziu 866 toneladas, queda de 17% em relação ao ano de 2017 e, quando comparada com os últimos seis anos, este percentual chega a 58%. Esta situação de desestímulo à produção não ocorre só no Brasil, mas no mundo como um todo, é fruto de uma grande oferta da matéria prima promovida por grandes plantios efetuados nos últimos dez anos, principalmente na Indonésia, Malásia e Tailândia, e que entraram em produção nos últimos cinco anos, provocando um grande choque de oferta e consequentemente uma forte queda nos preços.

A atividade extrativista sentiu primeiramente os reflexos desta retração na demanda com a queda nos preços e a falta de comercialização. Para os extrativistas esse foi o sinal para a redução da produção, como mostrado no gráfico 1.

[17]Economista e Analista de mercado dos produtos: andiroba, baru, borracha, castanha do Brasil e macaúba.

Gráfico 1 – Evolução da Produção de Borracha Natural



Fonte: IBGE

2. Análise de mercado

O comportamento dos preços recebidos pelos produtores, com base nas cotações médias coletadas nos estados do bioma amazônico durante o ano de 2018/19 no trimestre analisado, para o coágulo virgem com até 70% de teor de borracha seca (TBS), apresentou uma grande sazonalidade de preços entre os vários estados pesquisados, mínimo de R$ 1,71/Kg e máximo de R$ 2,53/Kg. A média nacional foi de R$ 2,12/Kg.

A variação dos preços nos estados com atividade extrativista e comercialização, observada a característica praticada no mercado interno, obedece a uma lógica de precificação baseada no desempenho dos preços internacionais, com destaque para os principais produtores e consumidores localizados na Ásia,os quais praticamente regulam este mercado, ora ofertando ou retirando produto do mercado.

Nestes dois últimos anos não houve recuperação dos preços internos, mesmo porque com a demanda retraída por parte da indústria em geral, a tão esperada recuperação da comercialização foi frustrada. Mas algumas ações conseguiram frear uma queda ainda maior na região, que foi a entrada em funcionamento de uma unidade de beneficiamento de GEB18 no estado do Acre, o que reativou o comércio e ajudou a minorar a crise instalada na região.

[18]Granulado Escuro Brasileiro, matéria-prima resultante do processamento do coágulo de látex.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Borracha Natural –CVP (R$/Kg)

UF	3° TRIMESTRE DE 2019			3° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	jul/18	ago/18	set/18	jul/19	ago/19	set/19				
AC	1,80	1,71	1,71	2,15	2,20	2,48	19%	29%	45%	
AM	2,02	2,03	2,31	2,30	2,30	2,22	14%	13%	-4%	
MT	2,15	2,15	2,14	2,50	2,51	2,53	16%	17%	18%	R$ 5,42
PA	2,25	2,02	2,02	2,20	2,21	2,13	-2%	9%	5%	
RO	2,08	1,90	1,85	2,00	2,00	2,11	-4%	5%	14%	

Fonte: Siagro/Conab

A ação governamental de subvenção à atividade tem reunido resultados positivos. A operacionalização do Instrumento de Pagamento de Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE) tem ajudado a organizar e fortalecer a atividade uma vez que a organização das comunidades extrativistas em cooperativas, organizações de classe e associações, têm contribuído para a facilitação da comercialização da borracha, respeitando a condição região Amazônica e as dificuldades de escoamento e armazenamento que comprometem a estruturação desta cadeia produtiva frágil e dependente de poucos compradores, os quais praticamente ditam o preço do produto.

MURUMURU

Florence Rios Serra[19]

1. Introdução

A palmeira murumuruzeiro pode ser encontrada em toda a região amazônica, sendo que no estuário do Rio Amazonas e afluentes ocorre a espécie *Astrocaryum murumuru*. Entre os muitos usos possíveis para os produtos do murumuru, estão a produção de alimento, cosméticos, biocombustível, adubo, fibra, forragem, madeira comercial e como planta ornamental e de sombra, o que caracteriza a espécie como sendo de múltiplos usos.

Em um trabalho de avaliação das florestas de várzea do estuário amazônico, Almeida *et al*. (2004) observaram que as variedades da palmeira murumuruzeiro representavam cerca de 15% das espécies ocorrentes na região em meio à vegetação espontânea, e pode ser classificada como uma das cinco espécies com maior índice de valor de importância ampliado e econômico (IVIAE) da região.

A principal aplicação comercial do Murumuru reside no processamento do fruto, chamado de coquilho, este possui uma amêndoa comestível da qual pode ser extraído o óleo. O óleo extraído das amêndoas do murumuru transforma-se em uma gordura semissólida, denominada manteiga de murumuru, que já foi muito significativa nos estados do Pará e Amapá, chegando a exportar, aproximadamente, 25 mil toneladas de cocos de murumuru. Essa gordura é utilizada na indústria de cosméticos para fabricação de sabonetes, cremes, e xampus e na indústria de tintas como secativo. A gordura também pode ser utilizada na industrialização da margarina (BRASIL, 2017; SOUSA *et al*., 2004).

Em relação à densidade do murumuruzeiro há uma grande variação de valores em uma mesma região e entre regiões distintas. No Estado do Acre há indicação de 10 a 28 plantas/hectare, mas já foram observadas áreas com mais de 100 plantas/hectare estuário amazônico, em várzeas da Ilha do Cajuúna, localizada entre os municípios de Chaves e Afuá, PA, e em margens de rios em Barcarena, PA, já foram contabilizados de 126 plantas/ha a 325 plantas/ha, respectivamente (ALMEIDA *et al*., 2004).

A obtenção do fruto ocorre unicamente por meio da coleta extrativista, sendo este um trabalho bastante árduo. Na mata, além da ampla ocorrência de animais peçonhentos, a temperatura fica quase sempre acima de 30ºC, a umidade do ar ultrapassa 80%. Outro perigo são os espinhos que revestem o tronco e as folhas do murumuru. Saindo da mata, os frutos são levados para os sítios nos quais é feito o primeiro beneficiamento. A primeira etapa é espalhar os frutos do murumuru numa lona plástica ou superfície lisa e arejada para que passem ao menos dez dias em processo de secagem. Passada esta etapa, a polpa se desfaz e o que sobra são as sementes a

[19] Colaboração: Diego Fernandes dos Santos.

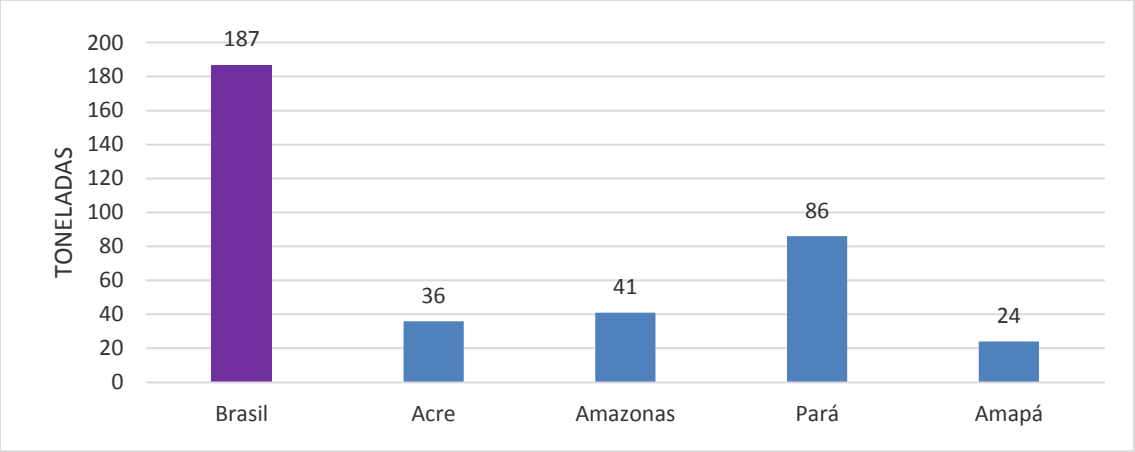
serem quebradas. Tradicionalmente as mulheres das famílias participam amplamente no processo de abertura das sementes para retirada da amêndoa.

De cada 100 quilos de caroços secos, tira-se um rendimento de 27 a 29 quilos de amêndoas, que têm ainda uma umidade de 12 a 15%, sendo reduzidas até 5–6% nos armazéns. Essa amêndoa contém de 40 a 42% de gordura. Produtores de algumas regiões já contam com organização em cooperativas para escoamento da produção.

2. Panorama Nacional

O IBGE não realiza o levantamento anual da produção de murumuru, contudo, o censo agropecuário feito pelo instituto tem realizado a pesquisa da produção e o valor de produção da semente do murumuru. Entre os estados produtores do fruto, o Pará participa com o volume de produção mais substancial, seguido do Amazonas e do Acre. O gráfico abaixo traz o resultado preliminar do último censo realizado em 2017:

Gráfico 1: Produção de semente de Murumuru - nacional e dos principais produtores



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

Os preços recebidos pelos produtores pela comercialização do fruto murumuru não sofreram variações expressivas entre o pico da safra de 2018 e o pico da safra de 2019. No estado do Pará observa-se a ocorrência de comercialização com os preços mais elevados entre os três estados pesquisados, atingindo a média de R$ 3,30 por Kg de fruto no mês de janeiro de 2019, período de entressafra do produto. No estado do Acre, por outro lado, os produtores são remunerados com os valores mais baixos registrados, não superando a cifra de R$ 0,52 por Kg de produto.

Tabela 1 – Preços recebidos pelo produtor de murumuru (R$/Kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Minímo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Fev	Mar	Abr	Fev	Mar	Abr				
AC	0,5	0,51	0,51	0,5	0,5	0,5	0%	-2%	-2%	
AM	0,8	0,78	0,78	0,91	0,69	0,73	14%	-12%	-6%	R$ 0,44
PA	1,25	1,25	1,25				-	-	-	

Fonte: Siagro/Conab

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S.S. de; *et al*. Análise florística e estrutura de florestas de várzea no estuário amazônico. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 34, n. 4, p. 513-524, out./dez. 2004.

BEZERRA, Valeria Saldanha. **Considerações sobre a palmeira murumuruzeiro (*Astrocaryum murumuru Mart.*)**. Macapá: Embrapa Amapá, 2012. (Comunicado Técnico n.º 130)

DIAS COSTA, Ana Paula; SIMÕES, Aquiles Vasconcelos. 13661 - Extrativismo florestal não-madereiro do murumuru Astrocaryum murumuru Mart.: uma proposta de conservação do agroecossistema da comunidade de Santo Antônio, município de Igarapé-Miri- Pará.. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 8, n. 2, dec. 2013.

QUEIROZ, J. A. L. de; BEZERRA, V. S.; MOCHIUTTI, S. **A palmeira murumuru (*Astrocarium murumuru Mart.*) no estuário do rio Amazonas no estado do Amapá**. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE PLANTAS OLEAGINOSAS, ÓLEOS, GORDURAS E BIODIESEL, 5.; CLINICA TECNOLÓGICA EM BIODIESEL, 2. 2008 **Anais** [...]. Lavras: UFLA, 2008.

SOUSA, J. A. de; RAPOSO, A.; SOUSA, M. de M. M.; MIRANDA, E. M. de; SILVA, J. M. M. da; MAGALHÃES, V. B. **Manejo de Murumuru (*Astrocaryum* spp.) para Produção de Frutos**. Rio Branco, AC: Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar, 2004.

PIAÇAVA

Florence Rios Serra[20]

1. Características do produto

O Brasil é, indubitavelmente, a terra das palmeiras. É um dos países com maior número de espécies em estado nativo, com aproximadamente 300, entre espécies, variedades e híbridos naturais das 2.700 espécies atualmente descritas, dentro dos 240 gêneros de *Arecaceae.* Os indígenas chamavam o Norte e o Nordeste do Brasil de "Pindorama" em alusão à "terra das palmeiras" (OSOEGAWA, 2017; JOSA, 2008).

Quanto ao uso, as palmeiras são importantes porque fornecem alimentos, bebidas nutritivas, materiais de construção, combustíveis, açúcar, amido, bebidas fermentadas e destiladas, álcool industrial, fibras e junco; fornecem muita matéria-prima para o campo medicinal, resinas, ceras, marfim vegetal, muitos tipos de óleos e estimulantes (OSOEGAWA, 2017; AVELAR, 2008).

Várias espécies de palmeiras nativas no Brasil fazem parte de economias extrativistas na produção de fibras, algumas com uma maior projeção, como a *Attalea funifera* e a *Leolpoldinia piassaba*. Estas duas espécies dominam o universo extrativista da produção de fibras (AVELAR, 2008; JOSA, 2008).

A espécie de maior importância econômica é a *Attalea funifera*, endêmica do litoral sul da Bahia. A espécie *Leolpoldinia piassaba*, também de importância econômica é típica da região amazônica, especificamente nas proximidades do Rio Negro. A piaçava é responsável por mais de 96% da produção nacional extrativista de fibras de palmeiras. "Piaçava" vem do tupi, das palavras *pya* e *acaba,* significando amarrar, nó, tecer, trançar, juntar. Os indígenas chamavam a *Attalea funifera* de "Japeraçaba" (GUIMARÃES; SILVA, 2008; AVELAR, 2008).

As fibras das palmeiras acima mencionadas são coletadas em *stands* naturais e são exportadas ou usadas pela indústria local. Essas fibras de palmeiras brasileiras originam-se da base da folha e cobrem o estipe, ou seja são envoltas no tronco (AVELAR, 2008). Elas são desembaraçadas, arrumadas, depois de cortadas, e amarradas juntas em molhes. As fibras são usadas para produção de vassouras duras e escovas industriais, bem como cordas e cabos. Vale salientar que quase a totalidade destas fibras de palmeiras são originadas de economias extrativistas (OSOEGAWA, 2017; GUIMARÃES; SILVA, 2008; JOSA, 2008).

A piaçava baiana está concentrada nos territórios do sul e baixo sul da Bahia. São e estão localizadas em fazendas (política da meeira). Há um grande número de extrativistas e poucos produtores.

[20]Engenheira de alimentos e Analista mercado dos produtos: açaí, buriti, juçara, murumuru, piaçava e pinhão. florence.serra@conab.gov.br.

Já a palmeira *Leopoldinia piassaba*, típica da Amazônia, cresce em densas populações (LESCURE *et al.,* 1992), em manchas espalhadas longe dos grandes rios, mas associadas a áreas de inundação (ETTER; IMAMOTO, 2001). Apresenta-se em concentrações maiores ao longo dos ecossistemas de caatinga e chavascal, formando 'reboladas' ou 'ilhas' (JOSA, 2008; MEIRA, 1993).

Territórios do Sul e Baixo Sul da Bahia são responsáveis pela maior concentração de piaçava, Grandes áreas de piaçava e estão localizadas em fazendas (política da meeira).Na cadeia da Piaçava existem diferentes formas de 'acabar' o produto, agregando mais ou menos valor, sendo:

- **Tora.** Fardo cilíndrico de 40 cm de altura e diâmetro variável, com o comprimento de fibra apropriado para encaixe nas vassouras.

- **Cabeça ou fardo**. Pacote de forma cônica e tamanho variável de fibra 'bruta', não penteada e não cortada. Seria a primeira evolução da piraíba, tendo o menor preço.

- **Saca penteada**. Contém a fibra já cortada e penteada. (JOSA, 2008).

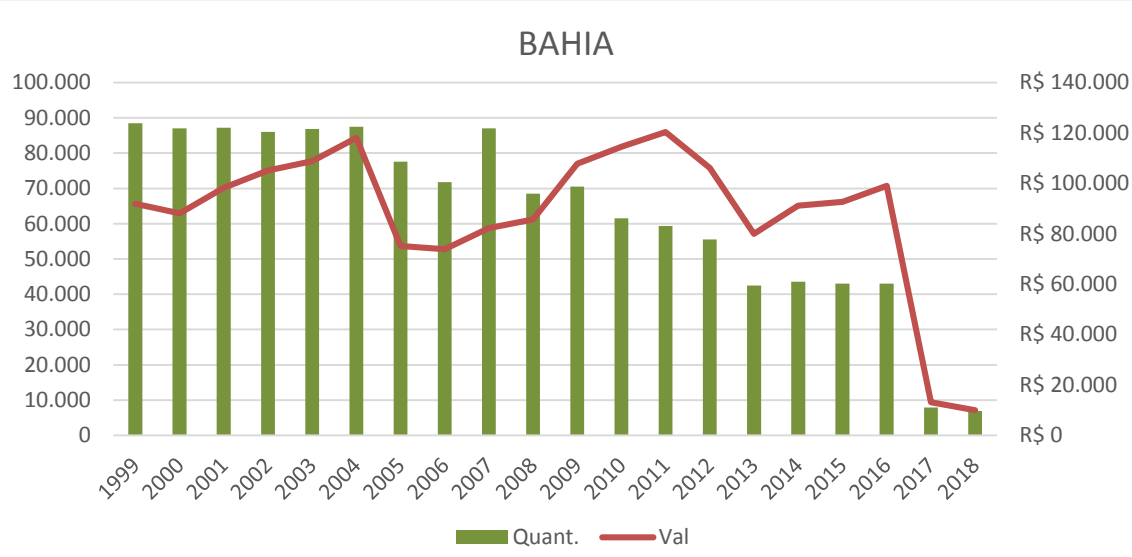
2. Mercado Nacional

Como já mencionado, a fibra de piaçava tem sua importância econômica relacionada à produção de vassouras, enchimento de assento de carros, cordoaria e escovões (AVELAR, 2008). A exploração da piaçaveira é uma atividade predominantemente extrativista, e existe a necessidade de um manejo racional para que sua sobrevivência seja garantida.

Contudo, a falta de infraestrutura e tecnologias de acabamento da fibra na cadeia extrativista, acabam por comprometer a qualidade do produto final sob alguns aspectos, o que tem feito com que a fibra de piaçava perca competitividade em relação à fibra sintética de nylon, não só por questões de qualidade mas também devido a escala de produção. A carência de pesquisas, a falta de assistência técnica e a desorganização do setor acabam comprometendo a competitividade em relação às fibras sintéticas (por exemplo o nylon) e outras fibras naturais.

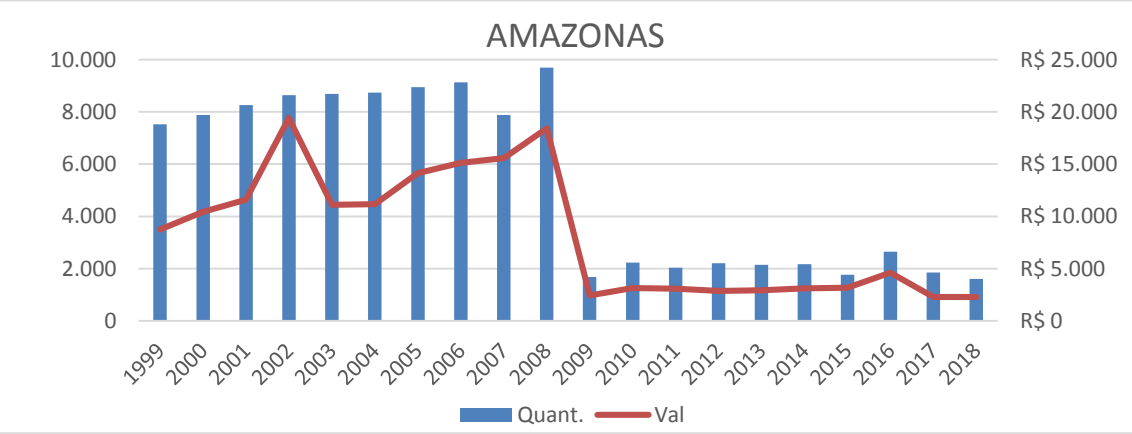
A produção da fibra tem buscado novos caminhos para se manter no mercado. Agricultores tem cultivado esse tipo de palmeira aplicando a tecnologia do estudo de espaçamento, o que consiste na organização matricial das plantas observando os cuidados convencionais com o solo e as pragas. Para o ano de 2018, a produção da piaçava alcançou a quantia de 8.491 toneladas, totalizando aproximadamente R$ 12.436.000,00. O gráfico abaixo mostra o volume e valor da produção de fibra de piaçava a partir do final do século XX para os dois produtores nacionais, Amazonas e Bahia:

Gráfico 1: Quantidade e Valor da produção da fibra de piaçava 1999 – 2018



Fonte: PEVS/IBGE

Gráfico 2: Quantidade e Valor da produção da fibra de piaçava 1999 – 2018



Fonte: PEVS/IBGE

A Bahia é responsável por 95% do total da produção brasileira. Como pode ser observado dentro período analisado, a produção de piaçava se apresentava mais acentuada nos primeiros anos da série (1999/2000). Já nos anos finais da primeira década do século XXI, teve início a queda tanto no volume de produção quanto nos ganhos com a produção de piaçava, sendo que no ano de 2018 o valor produzido e auferido com a piaçava foi um dos menores de todo histórico de produção da fibra. Tal fato ocorreu principalmente pela concorrência direta das fibras sintéticas na fabricação de vassouras e outros artigos. Outro fato que comprometeu a demanda da piaçava, apesar do abastecimento da fibra no mercado ocorrer forma relativamente continua ao longo do ano, é a baixa escala o que reflete na confiança do mercado na piaçava enquanto matéria prima para produtos manufaturados, dessa forma, a piaçava tem perdido mercado para produtos sintéticos como o nylon,

apesar do apelo 'ecológico' do produto por ser biodegradável e ajudar na sustentabilidade dos biomas onde estão inserido (ZUGAIB; COSTA, 1988)[21].

A criação de uma infraestrutura de rodovias e estradas vicinais com melhores condições de tráfego nas áreas de ocorrência, além de unidades manufatureiras de vassouras e subprodutos na região, certamente proporcionaria melhorarias no aspecto econômico desta atividade. Novos empregos para o uso da fibra e seus derivados, além dos polímeros, também seriam um novo alento a esta atividade. A tabela abaixo traz os 20 maiores produtores de piaçava do país, responsáveis por quase 90% da produção total de piaçava no Brasil:

Tabela 1 – Maiores produtores de piaçava do Brasil

Produção Vegetal				
MUNICÍPIOS	Quantidade (Toneladas)			
	2015	2016	2017	2018
Canavieiras (BA)	1.500	1.500	1.695	1.351
Barcelos (AM)	1.656	2.500	1.453	1.204
Nilo Peçanha (BA)	10.000	10.000	1.006	900
Ituberá (BA)	4.800	4.800	769	700
Cairu (BA)	6.500	6.500	721	650
Jaguaripe (BA)	126	117	660	540
Taperoá (BA)	1.200	1.200	600	580
Ilhéus (BA)	16.133	16.133	574	508
Santa Isabel do Rio Negro (AM)	107	54	400	392
Santa Luzia (BA)	235	205	198	185
Igrapiúna (BA)	180	180	133	100
Nazaré (BA)	36	34	99	90
Valença (BA)	900	900	90	88
Camamu (BA)	800	800	83	70
Itacaré (BA)	44	41	80	70
Maragogipe (BA)	197	195	54	60
Aratuípe (BA)	20	20	37	40
Cachoeira (BA)	183	181	20	18
Maraú (BA)	40	40	6	5
TOTAL	**44.657**	**45.400**	**8.678**	**7.551**

Fonte: PEVS/IBGE

[21] ZUGAIB, A. C.; COSTA, D. A. M. Comercialização da piaçava. Ilhéus, Bahia: CEPLAC/DEADE, 1998. (Publicação avulsa).

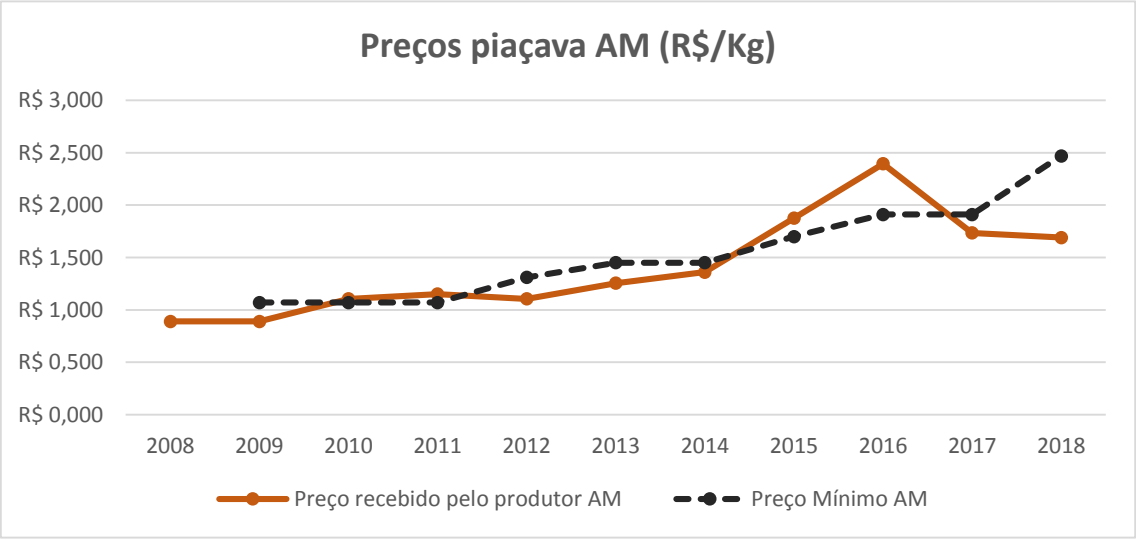
Apesar do estado do Amazonas contribuir com um percentual reduzido para a produção nacional, o município de Barcelos, localizado na região, está entre os maiores produtores nacionais, sendo o segundo maior produtor nacional em 2018. Os dados apresentados na tabela mostram que houve uma queda vertiginosa no volume de produção dos principais produtores, como os municípios baianos de Nilo Peçanha, Cairú, Ituberá e Teperoá, com especial destaque para Ilhéus, o principal produtor nacional em 2016 cuja produção fora reduzida em 96% no ano de 2017 em relação ao anterior. Além da concorrência imposta pela fibras sintéticas, a piaçava brasileira tem enfrentado a de países africanos produtores da fibra, desse modo os importadores têm desfrutado de amplo fornecimento.

A produção de fibras se destina em grande parte a outras unidades da Federação e para países como Estados Unidos, Reino Unido, Portugal, Bélgica, Holanda, Alemanha, Argentina e Turquia. São poucas as organizações da Região Nordeste que se dedicam ao beneficiamento das fibras de piaçava, sendo que a maioria do ramo se restringe apenas à fabricação de vassouras e escovas e basicamente todas são de pequeno porte. De uma maneira geral são de nível quase artesanal. As grandes produções de vassoura se operam majoritariamente na Região Sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo (ZUGAIB; COSTA, 1988).

3. PREÇOS NACIONAIS

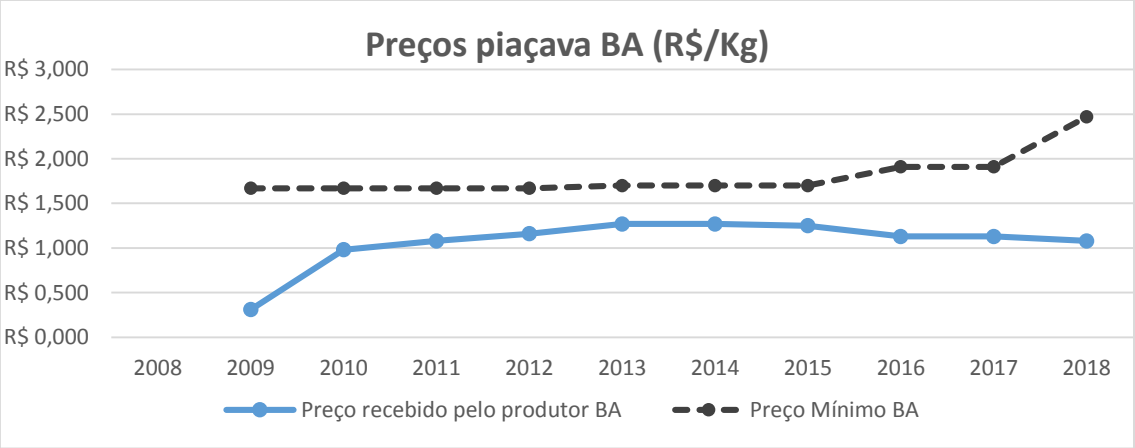
A comercialização da fibra de piaçava é feita mediante a entrega do produto na “balança”, com o pagamento após a pesagem. O preço pago ao produtor tende a manter-se estável ao longo dos meses, sofre poucas oscilações, mantendo-se estável por longos períodos, sendo que, nos locais tradicionais de comercialização também não apresentam grandes variações quando comparam-se diferentes compradores. Em alguns casos o produto é vendido no pé, ficando as despesas de coleta e beneficiamento por conta do adquirente.

Gráfico 3: Preço pago ao produtor de piaçava - AM



Fonte: Siagro/Conab

Gráfico 4: Preço pago ao produtor de piaçava - BA



Fonte: Siagro/Conab

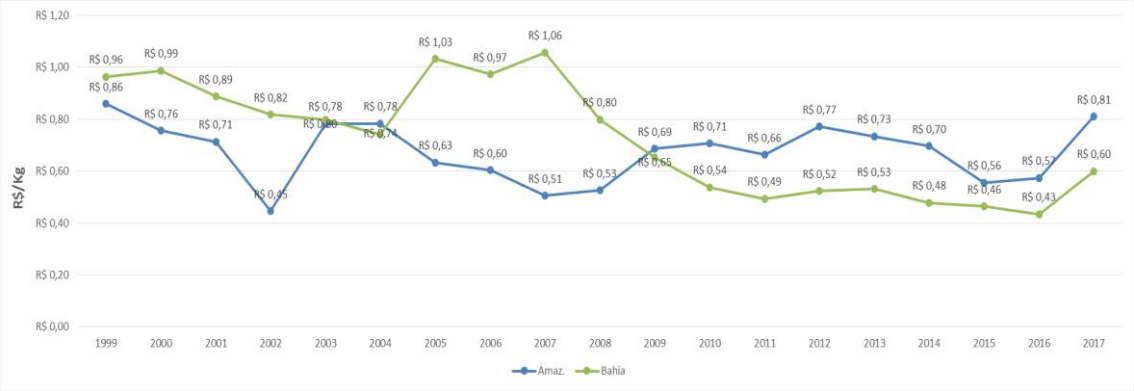
Conforme pode ser observado no gráfico, no Amazonas houve aumento, de 2009 a 2018 do preço pago pelo kg da piaçava no período, com pico em 2016. Observa-se que em algumas ocasiões o preço mínimo ficou a cima do valor recebido pelo produtor, como por exemplo em 2018.

Já na Bahia os preços recebidos pelo produtor pelo quilo da piaçava ficaram abaixo do preço mínimo nos últimos 10 anos analisados. Ocorre que a piaçava no amazonas tem apresentado valor agregado maior que a piaçava baiana devido a características específicas da espécie de piaçava do amazonas, como por exemplo a coloração da fibra.

O preço pago ao produtor pela piaçava produzida no amazonas de 2018 para 2019 teve aumento de 34% no período, sendo que em 2018 o preço do produto atingiu maior alta no final da safra. Já na Bahia o preço da piaçava no pico de safra em 2019 apresentou baixa de 8,8 % em relação ao mesmo período em 2018. O preço da piaçava baiana tem sofrido depreciação nos último anos devido à ausência de compradores na região.

Com base nos dados expostos no gráfico 9 observa-se que o valor ganho por quilo da piaçava sofreu oscilações ao longo dos anos nos dois estados, sendo que em várias ocasiões quando houve alta em um dos estados no outro, o valor do quilo apresentou queda.

Gráfico 5: Valor do quilo da piaçava 1999 – 2017



Fonte: PEVS/IBGE

No período analisado (1999 – 2017) é possível perceber que na Bahia, com algumas exceções, o valor do produto é maior que no amazonas, tal fato deve-se em grande parte ao custo de produção que envolve a logística e a distância dos portos e pontos de distribuição e processamento, que no Amazonas é maior. Já na Bahia, os portos são mais acessíveis às regiões produtoras. No maior município produtor historicamente falando, Ilhéus, está localizado um dos portos por onde a produção de piaçava é escoada para o exterior. Esta valoração da piaçava baiana ocorre mesmo que os preços pagos ao produtor no Amazonas sejam maiores, o que acaba sendo repassado ao longo da cadeia, inclusive para o consumidor. Os ganhos, contudo, acabam diluídos e o valor final do produto, depreciado.

Entre 2009 e 2017, os extrativistas baianos de piaçava receberam mais de R$ 5 milhões da Conab, por meio da PGPM-Bio. Atualmente, a cotação da fibra no mercado baiano está 50% abaixo do preço mínimo de R$ 2,26/kg estipulado para a região. No Amazonas o preço pago ao produtor esteve acima do mínimo apenas em julho de 2019, o primeiro mês da safra.

Tabela 2 – Comparativo do preço pago ao produtor de Piaçava (R$/kg)

UF	1° TRIMESTRE DE 2018			1° TRIMESTRE DE 2019			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set				
AMAZONAS	1,78	1,58	1,52	2,52	1,77	1,45	42%	12%	-5%	R$ 2,26
BAHIA	1,15	1,02	1,00	1,00	1,08	1,04	-13%	6%	4%	

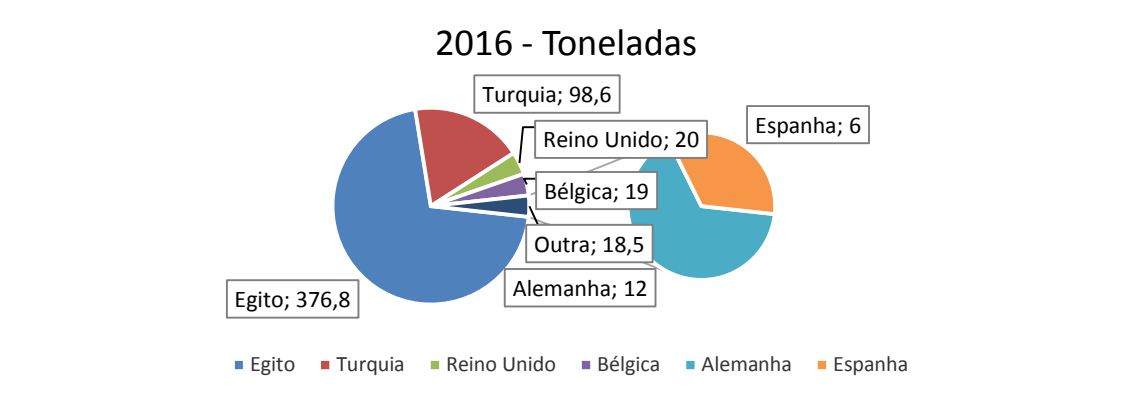
Fonte: Conab

4. Mercado Internacional

A quantidade de piaçava exportada no ano de 2007 foi de 169,53 toneladas em um universo de 82.096 t. produzidas (IBGE, 2007). Ou seja, apenas 0,2% do produzido; quase a totalidade de

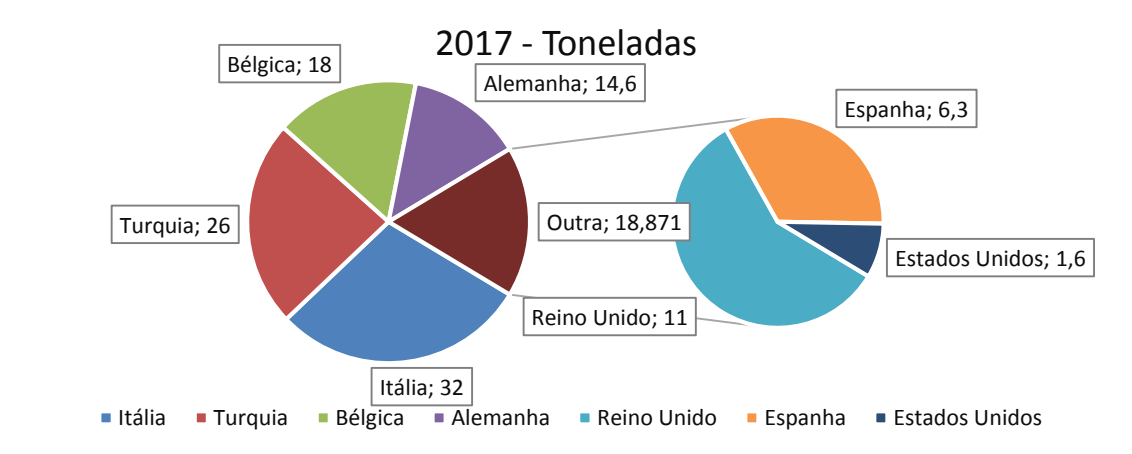
piaçava produzida permanecia no mercado interno. Aproximadamente 10 anos depois o volume de produção sofreu queda vertiginosa com redução de 79%. A exportação seguiu a mesma tendência. O gráfico abaixo mostra a proporção da quantidade exportada entre os países importadores nos anos de 2016, 2017 e 2018:

Gráfico 6 – Proporção da quantidade exportada para os países importadores 2016



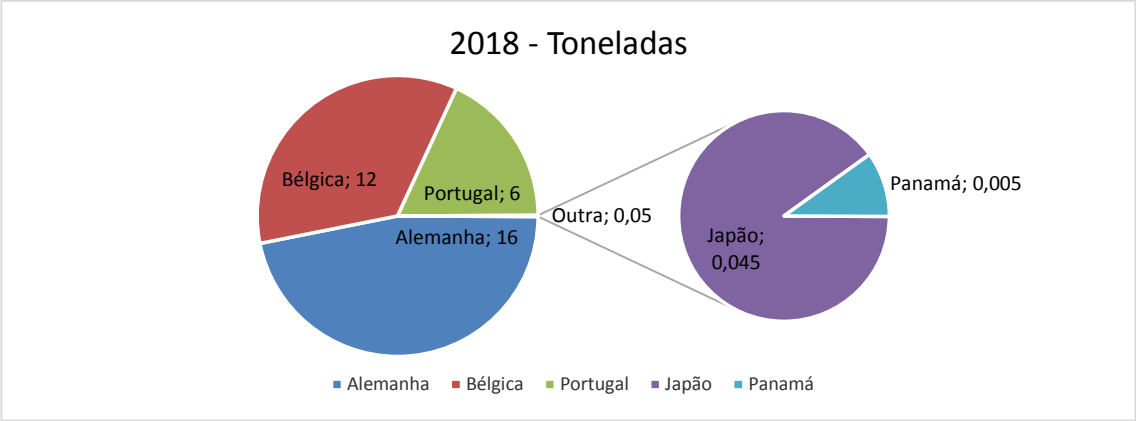
Fonte: Agrostat

Gráfico 7 – Proporção da quantidade exportada para os países importadores 2017



Fonte: Agrostat

Gráfico 8 – Proporção da quantidade exportada para os países importadores 2018



Fonte: Agrostat

Em 2016 (Gráfico 6) o total exportado foi de 532 toneladas, para 6 países diferentes, representando 1,16 % do total produzido. Já em 2017 (Gráfico 7) a produção nacional de piaçava, foi um das mais baixas de todo histórico de produção sendo que o quantitativo exportado foi de 110 para 9 países diferentes, 1,13 % do total. No ano de 2018 (Gráfico 8), a produção de piaçava foi de 8.481 toneladas e o volume exportado foi de 34 toneladas Os números mostram que a piaçava tem perdido mercado nacional e internacionalmente. Apesar da palmeira ter sua produção concentrada na Bahia, diversos estados têm comercializado produções baianas e efetuado exportações.

Outra faceta do mercado internacional no qual a piaçava pode estar inserida é o da bioenergia - o biomercado – em escala mundial. O Brasil tem uma série de vantagens que o qualificam a liderar a agricultura e a geração de energia (PNA, 2006)[22]. A Exploração da piaçaveira (*Attalea funifera*) e outras palmeiras produtoras da fibra piaçava (*Aphandra natalia* e *Leolpoldinia piassaba*) representa fonte de créditos de carbono no momento da produção de fibras; e os frutos são fontes para produção de bioenergia.

5. Referências Bibliográfica

OSOEGAWA, D. K. **Cadeia Produtiva Da Piaçava No Rio Xié / Alto Rio Negro – Amazonas**. 2017. Dissertação (Programa De Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia)- Universidade Federal Do Amazonas, Manaus, 2017.

[22] BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p.

JOSA, I. O. **Piaçabeiros e piaçaba no médio rio Negro (Amazonas - Brasil), socioeconomia da atividade extrativista e ecologia da *Leopoldinia piassaba Wallace***.2008. Dissertação (Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, jul. 2008.

AVELAR, F. F. **Utilização de fibras de piaçava (*Attalea funifera Martius*) na utilização de carvões ativados.** 2008. Dissertação. (Programa de Pós Graduação em Agroquímica)- - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

ETTER, A; IMAMOTO, M. **El bosque de Ciqui-chiqui (*Leopoldinia piassaba*)**. In: CRIZON, I (Ed). **Por los territórios de la Marama**: **la extracción de la fibra de Chiqui-chiqui en la Amazônia colombiana**. Colombia: Instituto de Estudios Ambientales para el Desarrollo, Pontifícia Universidad Javeriana, 2001, p. 35-55.

GUIMARÃES, C. A. L.; SILVA, L. A. M. **Piaçava da Bahia (*Attalea funifera Martius*)** : do extrativismo à cultura agrícola. lhéus, BA: Editus, 2012.

LESCURE, J. P; EMPERAIRE L.; FRACISCON, C. ***Leopoldinia piaçaba* Wallace (*Arecaceae*)**: a few biological and economic data from the Rio Negro region (Brazil). Forest Ecology and Management**,** v. 55, p. 83-86, 1992.

PINHÃO

Florence Rios Serra[23]

1. Introdução

A semente *de Araucaria angustifolia,* conhecida como pinhão, é nativa do Brasil, sendo um alimento típico da região Sul, no qual está ligado a fatos históricos e culturais da região. O pinhão *Araucaria* está situado na mata Atlântica, possuindo aproximadamente de 3 a 8 metros de altura e pode ser conhecida por diversos nomes como pinho, pinheiro-do-paraná, pinheiro-brasileiro, pinheiro-caiová, pinheiro-das-missões e pinheiro-são-josé. A árvore frutífera produz o fruto chamado pinha, e ao redor de seu eixo central possui as sementes chamadas de pinhões, que são comestíveis.

O fruto do pinhão é fonte de renda para diversas famílias rurais que tem como essa atividade a principal fonte de renda. O pinhão tem alto teor nutricional que ajuda na memória, cognição, e no controle da pressão arterial. O fruto é rico em cálcio, proteína, potássio, magnésio, ferro, vitaminas do complexo B, especialmente a B1.

A valorização do pinhão pode colaborar para a conservação da araucária, reduzindo o desmatamento. Tal proteção é realizada por pequenas famílias extrativistas e produtores que atuam principalmente na região da Serra da Mantiqueira e demais regiões, que através de determinadas ações auxiliam para a conservação do local, mesmo não possuindo métodos avançados.

Segundo SANTOS (2002)[24], é necessário desenvolver técnicas de conservação e industrialização do pinhão para a promoção, comercialização e o uso do pinhão em outras épocas do ano além da sua estação de produção, visando tornar o seu mercado mais atraente e incentivando a sua extração e comercialização por parte dos produtores rurais.

2. Produção

Segundo dados do IBGE, a produção brasileira alcançou cerca de 80 mil toneladas e R$166.886 milhões na comercialização de pinhão nos anos de 2009 a 2018. Conforme o gráfico 1, a produção sempre se manteve elevada e com os preços oscilando positivamente conforme a quantidade produzida. É possível afirmar esse argumento com base no gráfico, em particular o ano de 2016, no qual houve uma queda de aproximadamente 7,7% em relação ao ano anterior e consequentemente, o montante manteve variação positiva.

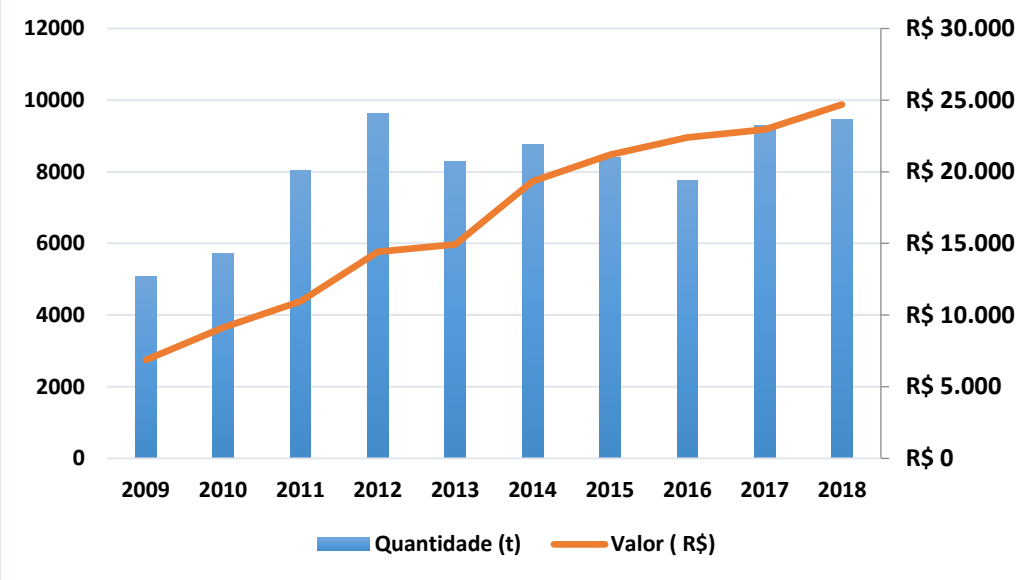
O inverso ocorre em 2012, quando houve um aumento da produção de 20% em relação ao ano anterior - visto que foi o ano com a maior quantidade produzida dentre os anos citados, e mesmo

[23] Colaboração: Mirelly Gomes Maximino.

[24] SANTOS, A.J dos; *et al*. Aspectos produtivos e comerciais do pinhão no Estado do Paraná. **Floresta**, Curitiba, v. 32, n. 2, p. 163-269, 2002.

assim o montante de vendas manteve-se baixo. Podemos observar que a variação da quantidade e valor da produção respeita a relação entre oferta e demanda do produto.

Gráfico 1 - Quantidades e valores produzidos do fruto pinhão - 2009 a 2018



Fonte: PEVS/IBGE

Vale ressaltar que, com exceção do estado de Minas Gerais, os demais estados proíbem, através de leis específicas, a comercialização do pinhão antes do mês de abril. A safra do pinhão ocorre entre março a setembro e a produção de pinhas de Araucária tende a alternar, produzindo bem durante 2 ou 3 anos e reduzindo gradativamente a produção nos 2 ou 3 anos seguintes. Essa análise é possível ser visualizada no gráfico onde ocorre oscilações de produção em intervalos de 2 ou 3 anos. Os maiores produtores nacionais são os três estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O estado de Minas Gerais é um produtor de menor porte, contudo tem apresentado acentuado aumento em seu volume de produção.

3. Preços Nacionais

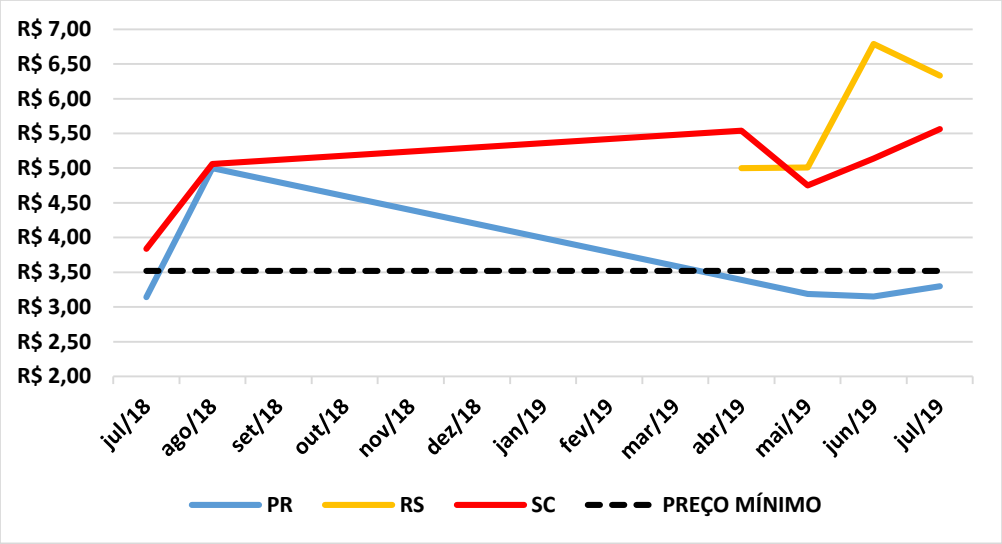
Os preços médios praticados na venda do pinhão na região Sul em 2018 variam de R$ 3,50 a R$ 5,00/kg, a nível de extrativista/produtor, e entre R$ 5,80 a R$ 9,00/kg no atacadista, chegando a R$ 12,00/kg em supermercados e fruteiras, o que representa um aumento de mais de 50% em relação ao ano anterior. Em 2011, os valores no mercado varejista chegaram a mais de R$ 4,00/kg em Curitiba - PR. Ou seja, levando em conta os preços praticados em 2018, houve alta de quase 200%, reflexo da baixa oferta de pinhão. A tabela 1 abaixo traz o preço do pinhão no período de safra de 2018 e 2019 nos principais estados produtores, o gráfico 2 ilustra a variação do preço entre os meses de julho/2018 e julho/2019 e em comparação ao preço mínimo.

Tabela 1 – Preço recebido pelo produtor (Pinhão) R$/kg

UF	SAFRA 2018			SAFRA 2019			Variações Percentuais			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	Início da safra	Pico da safra	Final da safra	Início da safra	Pico da safra	Final da safra				
	Abril	Maio	Julho	Abril	Maio	Julho				
MG	1,47	1,38	1,75	1,12	1,24	1,80	0,76	0,90	1,03	3,52
PR	2,99	3,28	3,14	3,39	3,19	3,30	1,13	0,97	1,05	
RS	4,34	4,04	5,00	5,00	5,01	6,33	1,15	1,24	1,27	
SC	2,34	1,84	3,84	5,54	4,75	5,56	2,37	2,58	1,45	

Fonte: Siagro/Conab

GRÁFICO 2: Preço Recebido pelo produtor



Fonte: Siagro/Conab

De modo geral, o preço do pinhão apresentou maior alta no final da safra. Contudo, no Paraná - maior produtor nacional de pinhão, o preço mais elevado ocorreu no pico de safra em 2018 e no início da safra em 2019.

O estado de Santa Catarina foi o que apresentou maior alta de preço da safra de 2018 para 2019, reflexo da demanda de pinhão por parte do Paraná que teve quebra de safra em 2018 e 2019 e demandou parte da produção catarinense para abastecer o mercado paranaense. O mesmo ocorreu no Rio Grande do Sul, porém, a alta nos preços foi proporcionalmente menor que em Santa Catarina, sendo que, em território gaúcho, o preço do pinhão é o maior nos três estados, tanto na safra de 2018 como em 2019.

EXECUÇÃO DA PGPM-BIO EM 2019

Ianelli Sobral Loureiro

A execução da Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio nos meses de janeiro a outubro de 2019 efetuou cerca de 13 milhões de reais em pagamentos, subvencionando 15 mil toneladas de 9 dos 17 produtos da sociobiodiversidade participantes da política, como açaí, andiroba, babaçu, borracha natural extrativista, cacau extrativista, juçara, macaúba, mangaba, pequi, pinhão e umbu. Houve um aumento de aproximadamente 40% de pagamentos realizados em relação ao mesmo período de 2018. A política beneficiou cerca de 7.500 extrativistas e realizou aproximadamente 6.900 operações, conforme a tabela abaixo.

Em 2019, a PGMP-Bio possui um orçamento de 14 milhões para apoiar a comercialização da produção extrativa. O volume de recursos para a política teve um aumento de R$ 2 milhões com relação ao valor destinado no ano anterior. Portanto, é visível a importância da política para a atividade extrativa do país, como ferramenta para desenvolvimento local, renda extra para os extrativistas e preservação do ambiente.

Tabela – Pagamentos de subvenção em 2019

Produto/UF	Quant. (Kg)	Valor (R$)	Nº de Operações	Nº de Extrativistas
Açai (fruto)				
Acre	10.712,86	6.369,91	7	7
Amazonas	48.368,92	21.106,35	19	18
Amapá	152.276,09	107.083,58	2	73
Pará	234.142,88	130.589,23	89	89
Subtotal	**445.500,74**	**265.149,07**	**117**	**187**
Andiroba (amêndoa)				
Pará	16.611,11	19.400,00	8	8
Subtotal	**16.611,11**	**19.400,00**	**8**	**8**
Babaçu (amêndoa)				
Maranhão	3.060.292,10	4.848.145,41	2921	3516
Piauí	28.882,50	44.479,03	128	69
Subtotal	**3.089.174,60**	**4.892.624,44**	**3049**	**3585**
Borracha Natural Extrativista (Cernambi)				
Acre	101.272,51	327.458,44	369	293
Mato Grosso	31.005,03	105.635,18	20	34
Pará	36.707,00	126.396,50	28	76
Rondônia	2.069,50	7.698,54	7	7
Subtotal	**171.054,04**	**567.188,66**	**424**	**410**

Cacau Extrativista (amêndoa)				
Amazonas	2.826,22	7.016,94	8	7
Subtotal	**2.826,22**	**7.016,94**	**8**	**7**
Juçara (fruto)				
Minas Gerais	1.941,75	4.000,00	1	1
Subtotal	**1.941,75**	**4.000,00**	**1**	**1**
Macaúba (fruto)				
Minas Gerais	307.797,00	105.360,66	54	55
Subtotal	**307.797,00**	**105.360,66**	**54**	**55**
Mangaba (fruto)				
Ceará	200	296	1	1
Minas Gerais	44.480,33	46.211,52	42	41
Paraíba	607.185,74	872.904,35	483	483
Subtotal	**651.866,07**	**919.411,87**	**526**	**525**
Pequi (fruto)				
Ceará	358.281,00	99.114,07	114	114
Minas Gerais	7.960.672,73	2.937.703,40	1551	1543
Subtotal	**8.318.953,73**	**3.036.817,47**	**1665**	**1657**
Pinhão (fruto)				
Minas Gerais	1.493.568,25	3.426.006,87	879	878
Santa Catarina	80.329,71	120.695,00	34	34
São Paulo	4.819,28	8.000,00	2	2
Subtotal	**1.578.717,24**	**3.554.701,87**	**915**	**914**
Umbú (fruto)				
Ceará	1.370,00	472,4	2	2
Minas Gerais	704.061,73	319.608,60	136	135
Paraíba	163.377,56	66.321,05	92	92
Subtotal	**868.809,29**	**386.402,05**	**230**	**229**
Total	**15.453.251,79**	**13.758.073,03**	**6997**	**7578**
Total de Extrativistas (sem repetições) *				**7098**

Fonte: Sisbio/Conab